

COLEÇÃO BÍBLICA

4



**LOUIS
LELOIR**

a Bíblia **escola de oração**

Estava Jesus
entregue à oração.

Ao terminar
disse-lhe
um dos discípulos:
Senhor,
ensinai-nos a rezar.

Disse-lhe:
Quando rezardes
rezais assim:
Pai,
glorificado seja
o vosso santo nome...

Lc 11,1.2

EDIÇÕES PAULINAS

<http://www.obrascaticas.com>

LOUIS LELOIR, O.S.B.

A BÍBLIA
ESCOLA DE ORAÇÃO

2ª Edição

EDIÇÕES PAULINAS

TÍTULO ORIGINAL
LA BIBBIA SCUOLA DI PREGHIERA
Bíblia e Oriente — Milano

Tradução de HELÁDIO CORREIA LAURINI

N I H I L O B S T A T
São Paulo, 14 de março de 1960
Mons. DR. E. VIEIRA
Censor

I M P R I M A T U R
São Paulo, 18 de março de 1960
† PAULO ROLIM LOUREIRO
Bispo Auxiliar e Vigário Geral

I M P R I M A T U R
São Paulo, 16 de março de 1960
Pe. JOÃO ROATTA, S.S.P.

A BÍBLIA,
ESCOLA DE ORAÇÃO

Este precioso livrinho bem merece a nossa mais cordial aprovação e o nosso mais caloroso encarecimento junto aos nossos queridos Diocesanos para que o adquiram, leiam e meditem.

Nada mais sublime e mais proveitoso na vida do cristão do que a oração, ou a adoração, que o unem a Deus e lhe atraem tôdas as graças para a vida presente e para a futura.

Se assim é para a oração particular, quanto mais para a oração inspirada na própria palavra de Deus encerrada na Bíblia.

A palavra de Deus é a semente da graça e da glória; é algo comparável à própria Eucaristia, no pensar de Santo Agostinho.

E orar a Deus, adorar a Deus com as suas próprias divinas palavras, será fazê-lo pelos meios mais adequados e eficazes.

Assim seja para todos os nossos Diocesanos.

São Paulo, 21 de março, festa do glorioso Patriarca S. Bento.

† CARLOS CARD. MOTTA

PALAVRA DO TRADUTOR

Abalancei-me a verter para a nossa língua êste livrinho, que Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Paulopolitano encomiou tanto, com o duplo fito que passo a expor.

E primeiro foi o de render um preito de amizade ao autor, Dom Louis Leloir, O. S. B. Foi meu colega de turma, no biênio de 1936-1938, no Pontifício Instituto Bíblico de Roma, onde bem logo lhe percebi os tantos e tão sólidos predicados que dêle me fiz amigo. Revî-o em 1958 já monge da Abadia de S. Jerônimo, na Cidade Eterna, onde com seus irmãos de hábito, trabalha na tarefa imensa de religião e de ciência, qual é a da revisão da Vulgata de São Jerônimo... com paciência deveras beneditina. Êle publicou, pouco faz, sua nova revisão da celebérrima Introdução Geral à Sagrada Escritura, que é o primeiro dos três volumes do Compêndio com que Dom Hildebrando Hoepfl, O. S. B., brindou os alunos de curso bíblico. Depois de Dom Benno Gut, O. S. B., Dom Atanásio Miller, O. S. B. e Dom Alberto Metzinger, O. S. B., os quais reviram as edições anteriores, Dom Louis Leloir ofertou ao público o que há de mais sólido nas questões introdutórias gerais à Bíblia, hoje estudadas tanto e tanto.

O segundo foi o de fazer obra pastoral, seguindo a orientação de João XXIII. Palmilhando êste Brasil em continuas semanas bíblicas, a experiência me diz que existe o sério perigo de se fazer da Bíblia só um manual de apologética, conhecendo-lhe os textos que refutarão os erros dos adversários da fé católica. A Bíblia é, antes do mais, "escola de oração" e livro de doutrina católica. A Bíblia é o "livro de orações" inspirado por Deus e, parcial ou total, o livro que nas escolas catequéticas acompanha o catecisminho. Felizmente os movimentos de apostolado leigo e outros estão utilizando, mais e melhor, a Bíblia como o primeiro livro de orações. Êste é o aspecto focalizado por Dom Louis Leloir.

O Leitor saberá apreciar as lições do piedoso e douto beneditino e aplicá-las à sua vida espiritual.

Com isso me darei por satisfeito pelo trabalho da tradução, não gorado, mas bem frutuoso e útil.

MONS. HELÁDIO CORREIA LAURINI.

PENSAMENTOS DE INTRODUÇÃO

“...os caminhos ocultos da graça seguem normalmente os caminhos da psicologia humana; ora, a contemplação é atividade cognoscitiva; olhar de fé, olhar silencioso, simples e suave, carregado de amor o mais que se queira, mas olhar que não poderia prescindir de um objeto que contemplar”. Sem fundamento objetivo”, o “olhar contemplativo corre o risco de perder-se no vácuo de uma inútil e melancólica fantasmagoria, ou, pelo contrário, de reduzir-se a uma estéril introspecção” (1). Quem quiser dar um fundamento sólido a sua contemplação deve entregar-se assiduamente à leitura espiritual e estudo do dogma. Sem leitura espiritual e estudo da teologia, a piedade corre o risco facilmente de degenerar-se em efusões sentimentais e manifestações lângüidas. De outro lado, a leitura espiritual tem a vantagem de oferecer um contrôle à nossa vida interior. Confrontando através da leitura a nossa vida com a que foi a dos santos, sobremaneira com a de Nosso Senhor, confrontando as nossas concepções da vida espiritual com as dos Padres da Igreja e dos que, após eles, foram considerados mestres da vida espiritual, compreende-se melhor o que de falho existe em nós, em nossa maneira de conceber a vida interior e, sobretudo, de praticá-la. Mantemo-nos mais facilmente em um caminho seguro e por êle avançamos sem perda de tempo nem desvios.

A leitura espiritual não é nem uma leitura de passatempo, nem um estudo teológico, porque, tenha ela muito embora como escopo imediato a aquisição de conhecimentos religiosos, tende a alimentar a oração; o clima no qual se realiza é o de silêncio, simplicidade, recolhimento, retiro e prece. E quanto mais o livro abrir a alma ao contato com Deus, tanto mais a sua leitura deverá considerar-se fecunda.

O campo da leitura espiritual pode ser vastíssimo: “Nova et vetera”: autores modernos, mas acima de tudo autores antigos. Preo-

cupação de conhecer o modo pelo qual os santos e mestres da vida espiritual da nossa época, os quais trouxeram uma mensagem precisamente para o nosso tempo, entenderam a santidade e pressagiaram a sua realização. Isto supõe, evidentemente, que não se há de escolher um qualquer, mas bem se volte antes de tudo para os maiores: o Cura d'Ars, S. Teresa do Menino Jesus, Carlos de Foucauld, o Cardeal Mercier, Dom Marmion, Padre de Grandmaison, Romano Guardini, etc.; é melhor que se evitem giros em busca de próprio nutrimento junto a revelações peregrinas e mensagens de dúbia autenticidade, das quais certas almas do nosso século crêem haver recebido o depósito. Alguns autores modernos, pois, devidamente escolhidos, mas sobremaneira os autores antigos: uma vida de prece autêntica deve alimentar-se em fontes que sejam por sua vez autênticas" (2). Frequentemente os mestres do pensamento cristão, junto aos quais, ao longo dos séculos, foram alimentando-se as almas fervorosas, a gente está segura sempre de formar-se a um sentido autenticamente cristão: Agostinho, Gregório, Bernardo, Cassiano. Entre os tempos antigos e os modernos existe, ademais o rico patrimônio dos "doutores" (em sentido lato), de todos aqueles que, em momentos diversos assimilaram com fidelidade, e ao mesmo tempo adaptaram com largueza, o pensamento antigo: seu contacto nos inicia à maneira generosa e ágil, com a qual havemos de obedecer ao nosso passado. É bom permanecermos abertos a todo género de leitura espiritual: certas predileções, legítimas e normais, pela espiritualidade antiga, pelo nutrimento sólido dos livros de dogmática e de comentário da Sagrada Escritura, não devem induzir-nos a excluir de todo um alimento mais simples, sob a condição de ser sério (por ex., a vida dos santos). E por que não lermos, de vez em quando, um livro de Péguy, ou de Claudel? Eles, outrossim, estão na posse de uma mensagem por difundir, a qual muita vez é admirável. Na Idade Média calhou bem que se desse Virgílio como livro de leitura para a Quaresma a certos monges...: tudo depende do ponto de vista espiritual, sob o qual se lêem êstes autores. Esta variedade na escolha das leituras espirituais afasta o tédio que poderíamos sofrer nesse exercício. Abrir-nos-á ela, ao mesmo tempo, a via para uma espiritualidade verdadeiramente completa e católica. Tudo o que é da Igreja deve interessar-nos, o que é da Igreja no tempo passado e o que é da Igreja de hoje.

"Do campo é que vem a alegria da messe; da vinha, os frutos dos quais nos alimentamos; e da Escritura, a doutrina que dá vida. O campo tem a messe numa estação; mas quanto à Escritura,

a doutrina espiritual brota tôda vez que se lê. O campo uma vez ceifado, pára e entra em repouso; também as vides, uma vez feita a vindima, não têm mais valor e se deixam aquietar; a Sagrada Escritura, pelo contrário, embora a gente nela ceife todos os dias, jamais se vê privada das espigas que os intérpretes nela encontram: faça-se a vindima todos os dias até, os cachos da esperança jamais se consomem. Vamo-nos, pois, a êste campo e gozemos-lhe dos sulcos doadores da vida, ceifemos nêles espigas de vida" (*). Entre os livros sôbre os quais havemo de inclinar-nos assiduamente um existe, para o qual devem encaminhar-se nossas preferências, e é a Bíblia. Ela foi nos primeiros séculos e no melhor período da Idade Média a fonte, sempre principal, exclusiva muita vez, à qual se alimentava piedade, teologia, pregação. São Gregório de Nissa, para citar um exemplo, narra como sua irmã Macrina, ainda pequerrucha, tinha continuamente os Salmos florindo sôbre os lábios e como justamente através da leitura e estudo dos livros do Antigo Testamento, especialmente dos livros sapienciais, educavam-se os meninos de seu tempo; viandantes, mães de família, agricultores nos campos, operários no trabalho, cadenciavam suas fadigas com o canto dos Salmos (*). A Igreja já é tanto mais viva quanto nela está em maior honra a revelação bíblica; tudo o que lhe constitui a fisionomia e condiciona a irradiação (dogma, moral, sacramentos, liturgia) alimenta-se, em verdade, da palavra de Deus. Hoje, muitos mosteiros beneditinos têm tomado como tarefa sua restituir à Bíblia, na vida espiritual dos cristãos, o lugar de honra que lhe cabe: têm em mira fazer penetrar novamente no mundo êste gôsto pela oração espiritual, que no caso dos beneditinos é essencial à sua vocação. Não obstante alguns sérios resultados obtidos, resta trabalho urgente por fazer; ainda existem leigos, até fervorosos, que lêem mais voluntariamente um livro piedoso que a Sagrada Escritura, congregações religiosas nas quais entre os temas propostos como assunto de meditação os escriturais, embora tão substanciosos, só raramente é que são recordados, comunidades religiosas das quais o superior deve abster-se de encaminhar um confrade à leitura da Bíblia, porqu não existe uma Bíblia na casa.

Com essa atitude contrastam singularmente os ensinoss da Igreja. Citemos Bento XV e Pio XII tão-sòmente: "Pelo que está em nós, veneráveis Irmãos, não cessaremos nunca, segundo o conselho de Jerônimo, de exortar todos os fiéis cristãos a que se preocupem com ler cotidianamente, com atenção, de modo especial o santo Evangelho de Nosso Senhor, como ademais os Atos dos Apóstolos e as Epístolas e procurem transformá-lo em uco e sangue" (*). . . " . . . os Bispos . . . favoreçam e ajudem aquelas pias associações, cujo propósito seja difundir entre os fiéis os livros da Sagrada Escritura, principalmente dos

Evangelhos, e procurar com todo o afincamento se faça bem e santamente sua leitura cotidiana nas famílias cristãs...” (v) Não se pode, por conseguinte, senão fazer votos pelo retorno ao costume, vigente outrora em numerosas famílias, de ler cada tardinha, máxime nos domingos e dias festivos, algum capítulo da Escritura, na presença de toda a família reunida até com os mesmos empregados domésticos (i).

Ao dever dos fiéis de lerem a Escritura corresponde um dever da parte dos sacerdotes de lha explicarem. No Congresso litúrgico de Assis, em 1960, o então Reverendíssimo Padre Bea (hoje Cardeal) proferiu estas palavras audazes, mas profundamente verdadeiras: “Um sacerdote que soubesse celebrar bem o santo sacrifício, a *fractio panis*, mas não fôsse capaz de repartir aos fiéis o pão da Palavra de Deus, não seria sacerdote senão pela metade” (4).

Os motivos e o método da leitura da Bíblia devem, todavia, ser melhor analisados em alguns pormenores, e para tanto hei de passar sob exame, sucessivamente, as razões (“por que”) e o método (“como”) pelo qual se lerá a Escritura.

I. POR QUE LER A SAGRADA ESCRITURA?

As decisões da Santa Igreja e as orientações dadas pelos seus Soberanos Pontífices encontram as suas razões nas qualidades intrínsecas da Escritura.

1. *A virtude santificadora inerente à toda palavra de Deus.* Isto é evidente. A um frade que dizia não tirar proveito algum das palavras da Sagrada Escritura, porque não as compreendia, o abade Arsênio respondeu: “É necessário que tu, filho, medites incessantemente nas palavras do Senhor; ouvi dizer, em verdade, que o beato abade Eremen e muitos dentre os Santos Padres afirmaram que os encantadores, habituados a encantar serpentes, não compreendem, eles mesmos, as palavras que proferem, mas as serpentes que os ouvem estas compreendem a virtude daquelas palavras, aquietam-se e se lhes submetem. Assim também nós havemos de fazer: com efeito, embora não cheguemos a compreender a virtude das divinas Escrituras, todavia os demônios, que as ouvem, ficam aterrorizados e, fugindo, afastam-se de nós, porque não podem resistir às palavras que o Espírito Santo disse por intermédio de seus servos, os profetas e apóstolos” (*). Isto, evidentemente, é aplicável também às genealogias, elencos de nomes, leis de purificação, que a leitura dos livros históricos do Antigo Testamento oferece: nada de tudo isso é inútil. É norma, contudo, voltar-se com mais freqüência ao que é mais denso de doutrina.

O então Reverendíssimo Padre Bea, na recordada relação feita no Congresso litúrgico de Assis, a respeito do *Valor Pastoral da Palavra de Deus na liturgia*, disse muito bem: “que não se pode chamar a Sagrada Escritura de “sacramento” no “sentido técnico da palavra”, mas “não se pode tampouco defini-la como um “sacramental”, como se ela produzisse os seus efeitos só *ex opere operantis Ecclesiae*. “em virtude da dignidade e poderosa intercessão da Igreja”; ela é, portanto, mais do que um sacramental, porque “às palavras mesmas da Sagrada Escritura, lidas e interpretadas com as devidas disposições, é inerente

uma luz e força que superam a luz e força das palavras puramente humanas, e dão-lhes uma autoridade e virtude singular e única" (10).

2. *A segurança do ensino escritural.* A Sagrada Escritura tem o próprio Deus como autor. Ela goza, por conseguinte, da garantia de sua infalível verdade. Confiando na Sagrada Escritura, confiamos no próprio Deus, no único e verdadeiro mestre de toda a espiritualidade, o qual não pode induzir-nos ao erro. Deus, que é verdade, não comunica senão a verdade: "docebit vos omnem veritatem" (11). Por meio da Sagrada Escritura, se a lermos com fé e respeito, à luz da interpretação dada pela tradição e magistério eclesiástico, formar-nos-emos numa espiritualidade livre de todo o contágio de erro e possíveis ilusões. Se "o ateísmo contemporâneo levou inegavelmente a espantosa ruínas... conduziu em igual tempo ao estudo pessoal da fé homens que, em outras eras do cristianismo, haveriam de comodamente adaptar-se à opinião do ambiente, para fixarem sua crença. Ora, a fé é a adesão à verdade mesma de Deus que fala. Tais cristãos quiseram, pois, renovar o diálogo com Deus, e desejaram o livro em que está escrita a sua palavra" (12).

3. *Elevação do ensino escritural.* "Este não se ocupa senão de Deus e do mundo em relação com Deus bem como do homem enquanto é ordenado ao serviço de Deus... Um livro de leitura espiritual deve dar-nos, antes de mais nada, o sentido da presença de Deus. Nenhum livro no-la dá assim..." (13). Nós temos o culto de Deus presente em nós, de Nosso Senhor presente na Eucaristia... Esforcemo-nos por ter, como os antigos que o tinham muito mais do que nós, o culto de Deus presente na Bíblia. Como a Sagrada Eucaristia, também a Escritura Sagrada é um "pão de vida": ela contém a vida e no-la comunica. "Não há missa dos fiéis sem missa dos catecúmenos. Não haja amor sem fé. Não haja comunhão com a carne de Cristo sem a comunhão com seu Pensamento", escreveu Dom Charlier (14). Bíblia e Eucaristia "são os dois puríssimos seios da Igreja" (15).

A Sagrada Escritura, em tudo quanto nos diz, coloca-nos sob o prisma de Deus, vê tudo em função d'Ele, e, por isso mesmo, numa luz altíssima.

Nos dois relatos da criação, contidos no Gênesis, não existe intenção alguma de prestar-nos informações acerca da origem científica das coisas, mas bem somente a de pôr em relevo a onipotência e bondade divinas, e de tornar manifesto que toda coisa criada por Deus é fundamentalmente boa, que a obra da criação é infinitamente sábia. E o capítulo 3º do Gênesis, que narra o fato da

nossa queda, anuncia ao mesmo tempo um redentor, elevando-nos destarte, desde o começo da Escritura, a uma esperança magnífica. O livro do Gênesis tem numerosas anedotas que oferecem ricas possibilidades de múltiplas aplicações espirituais: como aquela segurança dada por Deus a Abraão de que a presença de 10 justos na cidade de Sodoma seria suficiente para merecer para a cidade o ser ela poupada (cap. 18). O sacrifício de Isaac (cap. 22) é um exemplo de fé, de admirável submissão em situações difíceis, melhor, impossíveis, e uma profecia das bênçãos que essa obediência generosa atrai. A história de José (cap. 37, 1-50, 26) é manifestação estupefata dos cuidados amorosos da Providência divina, da sua ação maravilhosa, que “verdadeiramente faz cooperar tudo para o bem dos que amam a Deus” (19): ato de ciúme e de ódio dos filhos de Jacó ao venderem seu jovem irmão, encarceramento de José sob a denúncia da mulher de Putifar, tudo isso finaliza no maior bem de José, como ademais do Egito, dos países vizinhos, do povo hebraico, da própria família de José. E é esta uma admirável ilustração da sentença do Evangelho: “Se um grão de trigo, caído por terra, não morrer, fica só; se morrer, produz abundante fruto” (20).

Os livros históricos contêm a história do povo de Israel, mas tal história é exposta sob o ponto de vista de Deus, porque é o relato das intervenções providenciais na vida daquele povo, e da maneira pela qual Deus o conduz na direção do esperado Messias. É a história do povo de Israel como povo de Deus, porque é a história da sua atitude defronte de Deus, e todas as suas vicissitudes são explicadas através de suas alternativas de fidelidade e infidelidade para com Deus.

Os livros de Rute e Tobias, mistos de história e desenvolvimento narrativo artístico, põem em relêvo as virtudes familiares, especialmente a piedade filial, assim que as vantagens e a beleza da honestidade, da caridade e da confiança em Deus; o livro de Tobias abre-nos outrossim, respiradouros para a doutrina dos anjos bons e maus. No livro de Judite, Deus aparece como o Deus dos humildes e das almas que lhe dirigem súplicas com paciência. “Judite, o orgulho de Jerusalém, a glória insigne de Israel, o grande desvanecimento da sua nação”, (21) que se comporta tão audaz e virilmente, truncando a cabeça de Holofernes, prefigura, certamente, a história daquela que deverá um dia, segundo as promessas do Gên 3.15, esmagar a cabeça da serpente. Os livros dos Macabeus propõem-nos exemplos maravilhosos de resistência aos esforços furibundos envidados com o fito de paganizar o povo eleito, e o martírio pela defesa da Lei aí aparece como a glória suprema... As

palavras do nonagenário Eleázar, que os perseguidores queriam induzir a que fingisse sacrificar, respiram uma dignidade maravilhosa, assim também as dos sete irmãos, martirizados, um depois do outro, que não permitem diminuir em si o amor à Lei, e pensam incessantemente na ressurreição (2 Mac 6,8-7,41).

O livro de Jó ensina-nos a paciência nos sofrimentos; os livros dos Provérbios, Sabedoria e Eclesiástico multiplicam os conselhos cheios de sabedoria e bom senso, as regras de vida prática. Os Salmos nasceram da necessidade que sentiam os hebreus, de efusões mais íntimas, durante a liturgia sacrificial e fora dela; eles nos envolvem, pois, numa atmosfera de devoção espontânea e fresquíssima. De outra parte, a sabedoria que os livros sapienciais inculcam é o temor de Deus, e as sentenças que eles contêm ensinam aos homens a ordenarem suas vidas conforme a vontade de Deus.

A mensagem profética, com intrepidez e intransigência, mira a inculcar uma idéia exata de Deus e das suas exigências morais, como outrossim a desenvolver a esperança da Redenção, por isso que os profetas falam abundantemente de Nosso Senhor a todos aqueles que sabem perscrutar com fé e amor a sua mensagem; o "Quamquam et in vetere novum lateat" (19) de Santo Agostinho em realidade vale especialmente para os profetas.

Os quatro Evangelhos têm como escopo comum o de fazer-nos conhecer a personalidade do Homem-Deus, sua vida e ensinamento, e o Evangelho de São João acrescenta aos três sinóticos apurados esplendorosos a respeito da doutrina do Salvador. João Papini dizia a respeito do Sermão do Monte que, até no caso de ser comparado com tôdas as produções literárias da humanidade, "seria sempre o Diamante Único, refulgente no seu límpido esplendor de pura luz em meio à colorida miséria das esmeraldas e safiras" (20). Poder-se-ia formular semelhante juízo acerca de tantas páginas dos Evangelhos: o discurso depois da ceia, as parábolas do fermento, do joio, da ovelha desgarrada, do filho pródigo, o relato da mulher pecadora, o entretenimento com a samaritana.

Os Atos dos Apóstolos revelam a ação do Espírito Santo nos gestos e palavras dos discípulos de Jesus; eles são, além disso, a promessa da sua ação na Igreja até a consumação dos séculos. Tôda a pregação de São Paulo reconduz-nos a Cristo e a Cristo crucificado. Como os autores do Gênesis nos falam da criação unicamente sob o prisma religioso, de igual modo São Paulo vê o fim do mundo numa luz altíssima: "Depois será o fim, quando ele remeter a soberania ao Deus e Pai, depois de haver destruído

todo o principado, dominação e potestade. Porque é necessário que êle reine, até que ponha todos os seus inimigos debaixo de seus pés. O último inimigo a destruir será a morte... E, quando tôdas as coisas se lhe estiverem sujeitas, o Filho também se submeterá. Aquêle que lhe sujeitou tudo, para que Deus seja tudo em todos" (22).

São Bento resumiu o influxo espiritual que se desprende seja do Antigo, seja do Novo Testamento, nesta frase, escrita no derradeiro capítulo da sua Regra: "Qual página, ou qual expressão da divina autoridade do Velho e Novo Testamento, não é retíssima norma da vida humana?" (23).

Um dos relevos mais surpreendentes e consoladores da direção espiritual é o gosto pela Bíblia, sempre mais pronunciado e, também, por vêzes quase exclusivo, que as almas manifestam à medida que elas se aproximam de Deus; todos os outros alimentos se lhes parecem inípidos. Quando acaso se compreendeu um tanto a elevação do ensino escritural, explica-se-nos melhor tal atração; ao longo de tôda a Sagrada Escritura se encontram as pegadas de Deus.

4. *O liame entre a Sagrada Escritura e tôdas as fontes de nossa vida cristã.* Liame sobremaneira com a liturgia. Como bem escreveu o Padre Bouyer: "...a nossa liturgia, a liturgia romana, é bíblica de uma extremidade a outra. Não só ela é tecida, na sua máxíma parte, de textos bíblicos; não só o que nela não é diretamente haurido da Bíblia ainda é, na sua maior parte, comentário da Bíblia; como outrossim os textos, cuja composição é mais claramente eclesiástica, não respiram outra atmosfera, não usam outro vocabulário nem formas de pensamento que não sejam as do textos bíblicos. Conseqüentemente, se alguém quiser compreender a liturgia, é necessário que compreenda a Bíblia. Pelo sim ou pelo não, estudar a liturgia quererá dizer estudar a Bíblia, porquanto liturgia ainda é a Bíblia" (24).

A liturgia influiu no próprio teor do Novo Testamento, por isso que os nos os maiores cânticos evangélicos, *O Magnificat*, *Benedictus*, *Gloria in excelsis Deo* e *Nunc dimittis* haviam sido cantados na liturgia de Jerusalém antes que os Evangelhos fôsem vasados em escrito, e o teor dess arecitação litúrgica, haurida da tradição oral, provávelmente influiu sôbre o teor do texto escrito dos Evangelhos.

Sobretudo leitura bíblica e sacrificio eucarístico desde as primeiras assembléias cristãs andaram íntimamente unidos no espaço e no tempo. O templo hebraico era para o sacrificio, a sinagoga, para o ensino; o local das assembléias cristãs foi sede de uma e

outra coisa, e a leitura da Sagrada Escritura foi com a sua explicação, desde os primórdios, a preparação da oferenda do pão e do vinho. Ainda hoje a primeira parte da missa decorre da Bíblia: intróito, epístola, evangelho, como ademais, na maioria dos casos, o gradual, aleluia, ofertório. A liturgia nos fornece, destarte, um comentário, mas ao mesmo tempo integra, mediante essa retomada, as palavras da Bíblia na sua economia de salvação por meio de Cristo na quadro da Igreja: assim é que esta dá às palavras da Bíblia uma vitalidade nova. Ela, ademais, ilumina a relação entre as duas alianças, particularmente com a utilização, na primeira parte da missa, dos textos paralelos do Antigo e Novo Testamento, que fornecem, um o tema da Epístola, outro o do Evangelho.

A distribuição das leituras no breviário, por seu lado, ilustra a coesão dos livros da Escritura, e o significado convergente de suas perícopes. Durante os períodos de preparação (Advento e Quaresma) a liturgia utiliza de preferência o Antigo Testamento; no Advento, Isaías, na Quaresma, a partir da Setuagésima, o Pentateuco, e, durante o tempo da Paixão, Jeremias. Nos períodos de Natal e Páscoa, que comemoram os dois momentos mais importantes da vida de Cristo (nascimento e ressurreição) domina o Novo Testamento; as Epístolas de São Paulo durante o tempo de Natal, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas Católicas e o Apocalipse no tempo pascal. O tempo de Pentecostes recorda o crescimento progressivo da Igreja, sob a ação do Espírito. Para melhor simbolizá-la, as lições do breviário, tomadas então dos livros dos Reis, falam-nos da organização do reino de Israel. Esse crescimento da Igreja, não deve, contudo, ser puramente exterior: por isso que a Igreja não é uma organização política e o reino dentro do qual nos introduz não é um reino daqui de baixo: ela mira, antes de mais nada, ao progresso espiritual interno de seus fiéis. Assim, a partir da primeira Domingo de agosto, no tempo do verão e da messe, fala-se, nas lições hauridas dos livros sapienciais, daquilo que fará o calor e a fecundidade da Igreja. Em setembro, quando o outono nascente empresta ao ano um andamento mais austero, passa-se aos livros de sofrimento e combate: Jó, Judite, Ester: depois, em outubro, aos livros dos Macabeus, que põem em realce o fenómeno, freqüente na vida cristã, da vitória real no xeque-mate aparente. Em novembro, quando o ciclo litúrgico está por findar-se, as lições de Ezequiel, de Daniel e dos Doze Profetas Menores, bem como dos Evangelhos de conteúdo paralelo, preparam-nos para o fim do mundo e juízo final. A liturgia percorre, está visto, rapidamente toda a Bíblia, dando às suas diversas partes um significado novo, animando-a com a união ao sacrifício eucarístico

e a todos os mistérios da salvação. A prece da liturgia, e as lições também são, aliás, novamente tiradas da Sagrada Escritura, visto como elas geralmente se extraem dos Salmos, e se os Salmos formam a riqueza da liturgia, eles por seu lado recebem do uso feito por ela transparências e virtualidades novas. Os Salmos históricos tornam-se o símbolo da história da Igreja através dos séculos; os Salmos graduais, que os peregrinos recitavam ao subirem a Jerusalém, e que nós recitamos nas horas menores, parecem escandir o nosso caminho para Deus, dia após dia. Os Salmos do sofrimento ajudam-nos a descrever a Paixão de Cristo; os de luta, os combates da Igreja; os de louvor permitem à Igreja exprimir a sua adoração e ato de agradecimento com acentos que, inspirados por Deus, estão adaptados para a conversação com êle. Em todos os modos, pois, a Bíblia nutre a liturgia e a liturgia anima a Bíblia (24).

Liamos ademais com os escritos patrísticos e o ensino dos primeiros monges: os escritos que nos legaram referem-se continuamente à Bíblia, da qual partiram para a construção de toda a sua doutrina.

Logo, as fontes de caridade e de doutrina, que consideramos como as mais puras, são também as que são mais substanciais de ensinamentos escriturais.

5. *A capacidade de adaptação das doutrinas bíblicas.* As palavras da Bíblia são palavras de eternidade, e por isso mesmo capazes de dar, em cada época, princípios de solução plenamente satisfatórios para todo problema novo que se apresente na ordem moral e religiosa. Por esse motivo é que a Bíblia é um livro eternamente jovem, adaptado para todos os tempos. A cada século ela afirma ter sido escrita "para a sua instrução, a fim de que, pela paciência e consolação que a Escritura dá, êle tenha a esperança" (25). "Antiguidade e realidade nela difundem o mesmo perfume; é um livro que se faz cada dia, que cresce naturalmente como um cedro, que foi testemunha de tudo quanto diz, e que não diz jamais nada, senão com a visão do todo e a língua da eternidade" (26). Por meio de seus autores, de diversa origem e o quadro móvel das suas narrações, a Bíblia nos transporta aos países mais variados, e, sobretudo, é inigualável a variedade das matérias que ela abraça; relatos históricos e fábulas populares, enigmas e provérbios, discursos vigorosos e cartas familiares, hinos inflamados e preces humildes e ardentes se entrelaçam dentro dela, e permitem a cada um, nos mais diversos estados de alma, encontrar ali o seu nutrimento. Não se conhece nenhum outro livro cujas sentenças tenham, em tão grande número, exercido uma

influência tão profunda, e se hajam impôsto com tamanha autoridade como expressão da verdadeira sabedoria: todos os povos dela hauriram, conscientemente ou não. A límpida simplicidade da sua linguagem e das suas imagens o torna acessível a todos, até às crianças. “Todo escrito, aliás, que sobrevive à sua publicação e que se deixa inserir numa tradição viva e susceptível de receber significados, os quais escaparam ao autor, e pode ser adaptado, acomodado a uma situação nova e imprevisita” (27). Temos nós, por conseguinte, o direito de fazer reviver e de adaptar continuamente o texto sagrado por meio de aplicações múltiplas.

6. *A força persuasiva da Sagrada Escritura.* “*Exempla trahunt*”: o exemplo arrasta. Na Bíblia, moral e dogma apresentam-se vividos, encarnados em grandes personalidades: nos patriarcas e profetas, máxime em Nosso Senhor. Como disse São Paulo no início da Epístola aos Hebreus: “Depois de haver com várias retomadas e diversos modos, falado nos tempos idos aos nossos pais mediante os profetas, Deus, nos últimos tempos, falou-nos através do Filho...” (28), mas isso tanto através dos exemplos da vida dos patriarcas, profetas e Cristo, quanto através da doutrina que pregaram de viva voz. Tudo isso torna o objeto da fé muito mais inteligente e eficaz. Expressiu Santo Agostinho, com um daqueles jogos de palavras que lhe são familiares “...quia ipse Christus Verbum Dei est, etiam factum Verbi, verbum nobis est” (29). “Visto como Cristo é a palavra de Deus, também as ações dessa Palavra são palavras para nós”. As virtudes meditadas em abstrato conquistam e arrastam muito menos que os santos exemplos.

Graças à sinceridade com a qual as personagens da Bíblia revelam os seus sentimentos e deficiências, sentimo-los vizinhos a nós, sujeito à mesma sensibilidade e fragilidade humanas: por isso é que eles nos conquistaram mais facilmente. Às dificuldades características de nossa época — desequilíbrio nervoso e desencorajamento — a Bíblia oferece remédio adaptado, porque depressivo. Sensíveis e apaixonados, impulsivos e impetuosos como são, eles representam defronte às provações da vida reações extremas: choram. “as personagens da Bíblia manifestam freqüentemente seus estados, gemem, gritam, rasgam suas vestiduras. Também na alegria são excessivos. Seu equilíbrio nervoso é instável...” Não obstante isso, em tôdas essas manifestações “...eles são capazes de combir com uma só revoada até a causa primeira: até Deus... Por isso é que as crises de depressão nas personagens bíblicas se manifestam e resolvem sob a forma de prece” (30). Pense-se aqui, sobremaneira em Elias, Jeremias, Jó e Jonas.

7. *O fascínio da Bíblia.* A Bíblia, sendo viva, é convincente como vimos. Mas sua vitalidade lhe confere, ademais, outro atrativo. Religião e moral são apresentadas sempre na moldura da história; e isto torna o objeto da fé muito mais amável. Lê-se, muitas vezes com tédio, a exposição abstrata, sêca, do dogma cristão que nos apresentam nossas catecismos. Lêem-se, contrariamente, com prazer os livros de Rute, Judite, Tobias, os colóquios de Nosso Senhor com Nicodemos e a Samaritana, a parábola do filho pródigo e do bom samaritano; os ensinamentos, que tais passagens contêm, penetram dentro de nós muito mais facilmente, graças à sua beleza.

* * *

De tudo isto resulta que a Bíblia tem um valor educativo notável, único aliás. Compreende-se, dessa maneira, que São João Crisóstomo tenha dito dos monges, a saber, que eles sugam da Sagrada Escritura o mel das suas conversas e discursos: “Nutrem-se de melhor alimento... as sentenças de Deus, superiores aos favos de mel, mel maravilhoso e bem melhor do que aquele do qual se alimentava um tempo João no deserto. Este mel, efetivamente... é preparado pela graça do Espírito Santo que desce... para ocupar as almas dos santos” (21).

Compreende-se, outrossim, como Bento XV, na encíclica *Spiritus Paraclitus* tenha reclamado com insistência estas palavras de São Jerônimo: “O falar dos sacerdotes esteja condimentado com a leitura das Escrituras”. Com efeito, “tudo quanto está dito nas Escrituras Sagradas é como trombeta ameaçadora, que penetra com sua voz poderosa as orelhas dos crentes”. “Nada, em verdade, golpeia assim como os exemplos tirados das Sagradas Escrituras” (22). E mais recentemente foi escrito muito bem: “Como a precisão do Corpo de Cristo é sinal de saúde espiritual, assim também o apetite da Palavra de Deus é, tanto para o cristão quanto para a comunidade cristã, o sinal da sua maior ou menor vitalidade na fé” (23).

II. COMO SE DEVE LER A SAGRADA ESCRITURA

Severiano de Gábala, pregador siríaco dos fins do século IV e começos do século V, (mais ou menos depois de 405), escrevia muito bem, comentando *Jo* 5,39: "Perscrutai as Escrituras. Perscrutai-as, não com uma leitura superficial, mas procurai, examinaí, e estudaí as profundezas de suas sentenças. Deus, na verdade, o qual pôs à nossa disposição as Escrituras, velou o sentido das palavras: fêz-nos presente das Escrituras, mas sem revelar o seu sentido profundo; entregou-as êle ao zêlo de teus disciplinados esforços, para empenhar a tua inteligência, com o fito de verificar se tu te haverias de servir das Escrituras ou bem se lhe farias violências. Deus colocou à nossa disposição a natureza, mas ocultou a arte; todos os materiais com seus ordenamentos estão colocados por Deus à nossa disposição, mas a arte nasceu do espírito dos homens; assim acontece também com as Sagradas Escrituras" (21). Êste texto apresenta uma problema essencial, que é necessário resolver antes de todo e qualquer ulterior discurso sobre as qualidades morais da leitura da Bíblia: o do método de interpretação e aprofundamento do sentido das Escrituras. Como escreve Severiano, é indispensável um esforço pessoal de aprofundamento, pois que a interpretação autêntica e adequada da Sagrada Escritura pode ser conquistada só ao preço de tal empenho.

1. *Obscuridade da Escritura.* Muitas verdades estão ocultas nas Escrituras. Elas aparecerão em sua pureza só ao cabo de estudo e séria reflexão. Êste é um dos problemas que mais preocuparam Santo Agostinho. Êle sublinha como o mistério de Deus permanece certamente inacessível em si mesmo, e como o cristão deve dar-se conta da advertência da Escritura: "Não procures o que é mais alto do que tu, nem indagues acêrca do que é mais forte do que tu" (22). A Bíblia é obscura, porque procura revelar aquêle que habita numa luz inacessível, o mistério da sua vida trinitária, que se pode descrever

unicamente através de analogias e parábolas, e a sua santidade, que exige se evite todo contacto irreverente ⁽³⁶⁾. Antes de Santo Agostinho, Santo Irineu afirmava que um desenvolvimento progressivo do conhecimento religioso era necessário “ne quando homo fieret contemptor Dei” ⁽³⁷⁾, para que não existisse o perigo de vir o homem a desprezar a Deus. Deus quer, pois, impedir que nós de certo modo o profanemos e nos tornemos réus de sacrilégio, e impornos, antes de nos aproximarmos das profundezas da Sagrada Escritura, uma purificação progressiva da demasiada desenvoltura e de toda irreverência, uma mentalidade de adoração e de fé. A obscuridade da Sagrada Escritura, de resto, é ao mesmo tempo, sempre conforme Santo Agostinho, uma manifestação da misericórdia de Deus, por isso que a luz divina é por demais fulgurante para os débeis olhos humanos. Daí a necessidade de se filtrar a luz através de um pouco de nebulosidade: “visto como velou sob uma nuvem a sua luz” ⁽³⁸⁾. “Tenho muitas coisas para dizer-vos, mas no momento presente sois incapazes de suportá-las” ⁽³⁹⁾: a eliminação de véus, para ser proporcional à fraqueza do homem, deverá, pois, ser progressiva. A muita facilidade no descobrir a profundidade da Escritura prejudicaria, de mais a mais, a nossa consciência do seu valor e o ardor da nossa pesquisa. Não se bate numa porta aberta e não se procura o que está ao alcance de nossa mão: se gozásemos de muita facilidade em compreender a Escritura, menos a estimaríamos e nossa pesquisa de suas belezas seria fraca e inconstante. Logo, é verdadeiramente por misericórdia que a Escritura será ao mesmo tempo “omnibus accessibilis et paucissimis penetrabilis” ⁽⁴⁰⁾. É necessário que todos, compreendidos os mais simples, possam nela encontrar um alimento; e, de outra parte, é necessário que os espíritos mais penetrantes achem dificuldades em colhêr a profundidade de seus mistérios. Clemente Alexandrino também dizia: “Existem bons motivos para a Escritura velar o sentido das suas palavras; e, antes do mais, para que não abandonemos nunca a pesquisa” ⁽⁴¹⁾. Assim é que não chegaremos jamais a resolver, de modo absoluto, todas as dificuldades da Escritura. Irineu, cujo pensamento a tal respeito é assaz vizinho ao de Agostinho, afirma que se encontram na Sagrada Escritura problemas “cuja solução é reservada a Deus, não somente neste mundo, como também na vida futura, para que Deus tenha sempre o que ensinar, e o homem sempre tenha o que aprender de Deus” ⁽⁴²⁾.

Todavia, a Sagrada Escritura foi escrita para o homem, e Jesus disse: “Nada existe de oculto que não seja revelado” ⁽⁴³⁾. Cristo, portanto, nos promete a revelação progressiva dos mistérios da Escritura: “Ontem compreendias pouco; hoje compreendes mais; a-

manhã conhecerás muito mais ainda: a luz de Deus cresce em ti" (41). Tal conhecimento, sempre mais extenso e penetrante, encaminhar-nos-á a pouco e pouco para o além, onde, todavia, deixaremos de lado a Sagrada Escritura, para contemplarmos tôdas as coisas diretamente no Verbo.

2. *Sentido da Escritura.* A recomendação de perscrutar a Escritura com esforço perseverante Severiano ajuntava a de "servir" às Escrituras, e de evitar escrupulosamente fazer-lhe violência, de respeitar o sentido genuíno das Escrituras, e de ater-se ao mesmo. Na obra *Rencontres: l'Ancien Testament et les Chrétiens*, o autor da Introdução (não assinada) diz muito bem: "Tudo o que é do homem é muito mesquinho; o que importa é aquilo que Deus disse"; não é preciso, pois, confundir "o espírito do texto" com "o que meu espírito extrai desse mesmo texto"; "Deus é quem fala, e eu não tenho o direito de preferir-lhe ou de atribuir-lhe o meu próprio pensamento" (42). A êste respeito deve confessar-se que a exegese de Santo Agostinho não é debaixo de todo o ponto de vista um sucesso, e isto apesar dos numerosos lampejos de seu gênio. Como escreveu P. Pontet: "Embora êle sinta a necessidade de permanecer aderente à letra, de tomar como ponto de partida um texto exato e bem estabelecido, e de apreender em primeiro lugar o sentido literal, cansa-se muitas vêzes e se perde antes de o alcançar. O acaso, a fortuna de uma feliz coincidência, explicam-nos uma parte dos seus sucessos, enquanto não se contam os seus erros. Em todo o campo êle fica só aproximadamente no: limites do seu método e do seu trabalho, que têm mais o caráter de "pré-científico"; deu-se a "esforços, embora desprevenido, com meios de fortuna, mas também com uma piedade elevadíssima" por "fixar o significado da Escritura" e "por compreendê-la" (43). Jamais lê num versículo alguma coisa que não se encontre na Bíblia, mas "sucede-lhe freqüentemente ler num versículo aquilo que não se encontra naquele versículo" (44). Não obstante maravilhosas intuições, a maior parte dos Padres da Igreja tropeçaram no mesmo escolho; fazendo sua exegese literal argumentativa umas vêzes, e outras mais numerosas, exegese mística. êles geralmente a fundamentaram sôbre o sentido histórico, tal como o puderam colhêr: êsse mesmo sentido histórico, porém, às vêzes se lhes fugiu por falta de conhecimentos filológicos e defeito de método (45). Trata-se, pois, de ir ao encontro da intenção dos Padres da Igreja e de pesquisar a justa orientação do seu esforço e não de renovar-lhes os métodos, tais quais foram. O Papa Pio XII convida-nos a fazer essas distinções quando, na Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, su-

blinha que os Padres da Igreja “se distinguem por uma suave penetração das coisas celestes e por uma admirável largueza de espírito, mediante as quais penetram intimamente nas profundezas da divina revelação, e desentranham tudo quanto pode servir para iluminar a doutrina de Cristo e para alimentar a santidade de vida” (49). Dá a notar, contudo, ao mesmo tempo que, por motivo de conhecimento e métodos críticos menos perfeitos, certos pontos resultaram para os mesmos Padres... “difíceis..., e quase inacessíveis”: êle mesmo dirige, em razão disso, a si próprio o augúrio de que se realize “a feliz e fecunda união entre a sabedoria espiritual e doçura exegética dos antigos com a maior doutrina de uma ciência agora adulta, própria dos modernos” (50).

Segundo êste espírito e como lógica consequência de tais princípios, Pio XII exprimiu, pois, o desejo de que os cristãos se preocupem sumamente em ler a Bíblia num texto o mais vizinho possível do texto original, “o qual, escrito pelo próprio autor sagrado, goza de maior autoridade e possui maior eficácia do que qualquer outra versão, embora ótima, seja antiga, seja recente” (51) e, pois, especificamente, de maior autoridade do que a Vulgata. Ainda dentro dêste espírito êle convidou os exegetas católicos a colocarem sob luz e a proporem o sentido da Escritura “...com aquela seriedade... que a dignidade da palavra divina exige: de pois, evitem escrupulosamente propor significados translatos das coisas como sentido autêntico da Sagrada Escritura... em virtude de os fiéis cristãos... quererem conhecer o que o próprio Deus quis dizer-nos através das Escrituras, e não o que um eloqüente orador ou escritor expõe, usando com certa bravura as palavras dos livros sagrados” (52).

À luz da profunda piedade dos Padres e, ao mesmo tempo, dos métodos mais rigoroso da ciência moderna pode-se, consequentemente, tentar a síntese harmoniosa de um esforço de penetração do texto sagrado com o respeito reverente pelo sentido que nêle colocou Deus. Ao contacto com os Padres encontraremos a atmosfera espiritual em que devemos penetrar, para explorarmos, como cristãos, a revelação bíblica.

Os progressos da técnica moderna permitem que aperfeiçoemos seus métodos de interpretação. E, em primeiro lugar, ajudar-nos-á, em tal esforço, uma doutrina precisa dos sentidos da Escritura.

Distinguimos, antes de mais nada, sem aliás opô-los entre si, sentido literal e sentido típico. O sentido *literal* é o sentido das palavras assim como as concebeu e quis o autor humano. Êste sentido literal é único, mas pode receber várias interpretações, tôdas manifestativas da sua polivalência. Uma vez que tais interpretações

não sejam dissemelhantes, independentes umas das outras, elas aclaram o sentido literal e são legítimas.

O sentido *típico* ou *espiritual* "consiste em que algumas realidades são representadas mediante outras realidades" (32). Penetrar e conhecer o sentido típico significa estudar as correspondências, queridas e estabelecidas pelo autor divino, entre os acontecimentos, as instituições e as personagens do Antigo e Novo Testamento. Poderemos, afinal, dizer: entre os temas dos dois Testamentos. E isto deixa entrever o íntimo liame que é preciso conservar entre palavras e fatos, sentido literal e sentido típico: as correspondências dos fatos são estabelecidas por via das palavras. Este sentido típico deve ser desenvolvido dentro dos liames daquilo que a escola de Antioquia chamava de *θρονον*, vem a ser, o sentido profundo realmente contido na Sagrada Escritura. De outra maneira, em lugar de ser um enriquecimento, uma luz, confunde o sentido da Escritura, ou orienta a interpretação para fantasias por vezes ridículas, ao menos para os homens do nosso tempo. De resto, o tipo é tipo só enquanto é um fato sugerido pela mesma Sagrada Escritura; assim o maná não é tipo enquanto caído no deserto, mas na sua qualidade de acontecimento narrado na Sagrada Escritura, e seu valor figurativo é evidentemente mais claro no livro da Sabedoria do que no relato dos Números. O liame entre o sentido típico e literal é, pois, sempre indispensável; o sentido típico fundamenta-se sobre o literal. O sentido típico não é, portanto, "uma construção da fantasia ou de uma piedade sobreexcitada, mas a expressão de uma vontade precisa e positiva de Deus, realizada na história" (33).

O sentido típico não foi necessariamente percebido pelo hagiógrafo, e podemos também dizer que, o mais das vezes, o sentido típico é claramente compreensível só para quem conheceu Cristo, os acontecimentos do Novo Testamento e suas instituições.. Todo o significado do episódio de Raab, a cortesã, a título de exemplo, pode ser colhido somente por quem leu o Novo Testamento. Em *Mt* 1.15. Raab está escrita entre os antepassados de Cristo para significar que Cristo veio a fim de salvar os pecadores; a hospitalidade que ela ofereceu aos espias enviados por Josué, a linguagem que lhes dirige (2. 9-11) aparece como um sinal de sua conversão, e prefigura a fé em Jesus que as nações pagãs professarão um dia. A Epístola aos *Hebreus* 11.31, considera Raab como um tipo de justificação mediante a fé, a Epístola de *Tiago* 2.25, como tipo de justificação mediante as boas obras. A tradição, sempre fundada sobre o Novo Testamento, sublinha ainda outros aspectos: o cordão de púrpura, que pende da janela de Raab, e alcança a salvação para os da sua casa (34), é

a figura do sangue de Cristo, nossa redenção ⁽⁵⁴⁾, e a necessidade para os pais e amigos de Raab, que querem ser salvos, de se reunirem na sua casa, prefigura a necessidade de a gente viver no seio da Igreja para ter a garantia da salvação ⁽⁵⁵⁾.

A própria linguagem usada pelo Novo Testamento atesta a presença deste sentido típico no Velho Testamento, visto como, quando Nosso Senhor fala de João Batista, diz que "Elias já veio ⁽⁵⁶⁾", e, para preanunciar a sua ressurreição, recorre à narração de Jonas: "Como, na verdade, Jonas permaneceu no ventre do monstro marinho durante três dias e três noites, assim também o Filho do homem ficará no seio da terra durante três dias e três noites" ⁽⁵⁷⁾. A idéia do Reino, que é fundamental na pregação de Nosso Senhor, é evidentemente preparada pelas idéias do "dia de Javé" e do "povo de Deus", do qual Deus é rei. A idéia do Messias foi esboçada a partir do quadro do Servo Sofredor de Javé no Dêutero-Isaias, e da visão apocalíptica do Filho do Homem em Daniel. Os sacrifícios rituais constituíram o tema de numerosas profecias que anunciavam, para o tempo da vinda do Messias, um sacrifício melhor. Mais genêricamente, e a propósito do drama de toda a vida de Cristo, São Lucas refere que êle, em colóquio com os discípulos de Emaús, "começando por Moisés e passando em resenha todos os profetas, interpretou-lhes em todas as Escrituras o que se lhe dizia respeito" ⁽⁵⁸⁾. São Paulo afirma também, e justamente a propósito das relações entre as duas alianças, que "a letra mata", mas "o Espírito vivifica" ⁽⁵⁹⁾, e contrapõe aos judeus que, na leitura do Antigo Testamento, têm um véu diante dos olhos para não enxergarem nêle a Cristo, os cristãos que lêem o Antigo Testamento com os olhos sem véus, êsses realmente nêle vêem a Cristo ⁽⁶⁰⁾. O sacerdócio de Cristo é descrito na Epístola aos *Hebreus* em analogia ao sacerdócio de Melquisedeque. Todo o complexo do Antigo Testamento apresenta-se, pois, como uma vasta profecia do Novo.

Caso se observe atentamente, o paralelismo existe já no Antigo Testamento com respeito a si mesmo, e assim aparece como um procedimento essencial à sua estrutura. Os livros históricos, na verdade, foram escritos tardiamente, numa época na qual a experiência do exílio e a pregação dos primeiros profetas convidavam o povo de Israel a procurar nos fatos bíblicos um sustentáculo para as suas provações: são postas, lado a lado, a libertação do Egito e a libertação do exílio de Babilônia, e a condição mesma do exílio influi no teor de certas alusões à libertação da escravidão egípcia: o Deuteronômio retoma as prescrições mosaicas, adaptando-as à primeira pregação profética; Ezequiel descreve o santuário

futuro servindo-se da imagem do templo de Salomão: esta primeira transposição pressagiava outra aplicação às realidades cristãs, da mesma maneira como estas por sua vez tendem para a Parusia.

Como se vê em todos êsses exemplos, é realmente necessário que se procure sempre integrar o estudo desta ou daquela parte da Sagrada Escritura em uma visão de conjunto, a ver cada livro no contexto de tôda a revelação. Há, conseguintemente, dois aspectos que se hão de salvaguardar na leitura da Bíblia: a procura do nutrimento oferecido pelas sentenças isoladas, episódios históricos e a preocupação de não isolá-los do complexo vivo a que estão inseparavelmente unidos; as Sagradas Escrituras não são uma simple: coletânea de episódios e provérbios. "A Escritura tôda é como uma cítara; e o som da corda mais baixa não faz harmonia sôzinha, e sim quando unida às outras; assim também um texto da Escritura está sempre em relação com outro, antes, a um só texto estão voltados mil outros" (63).

De modo especial não se há de separar o Novo do Antigo Testamento. Os primeiros cristãos, apresentando-se como o verdadeiro Israel, apresentavam-se também como os depositários respeitosos de tôda a revelação veterotestamentária, os verdadeiros membros do povo eleito, cuja adesão ao Novo Testamento e à sua economia era a verdadeira forma de autêntica fidelidade ao Velho Testamento. De resto, o pensamento de Jesus como aparece com clara evidência ao longo dos Evangelhos, a obra de Deus é reconduzida tôda a um só ato: a escolha de um povo, que êle consagra a seu serviço e quer levar à salvação. Insere-se nesse plano a missão de Jesus: êle é filho do povo de Israel, veio para Israel, não quer tirar o pão dos filhos para o dar aos cães (64) e ordena aos seus discípulos irem de encontro às ovelhas tresmalhadas da casa de Israel (65). É verdade que Deus, o qual escolheu livremente o povo hebraico dentre os povos pagãos, continua livre para associar-lhes outros beneficiários de um semelhante dom gratuito, e Cristo, por isso, anunciará que "muitos virão do Oriente e do Ocidente a sentar-se com Abraão, Isaac e Jacó, ao passo que os súditos do Reino serão atirados fora, às trevas" (66): êle reconhece, pois, que muitas vêzes os israelitas não são dignos das atenções carinhosas que lhes foram dirigidas. A eleição, todavia, permanece para êle um fato incancelável; os israelitas são, por um título particular, os filhos de Deus, e através da sua integração no povo de Israel, mas do verdadeiro Israel, é que os cristãos serão salvos. Cristo "consume" a esperança de Israel: "...muitos profetas e justos desejaram ardentemente ver aquilo que vós vêdes e não o viram, ouvir o que vós ouvis e não o ouviram" (67). Êle sublinha, porém, na unidade

do plano de Deus, a diversidade das economias, porque não quer que se infunda vinho novo em ânforas velhas, nem que se ajunte um pedaço de pano novo em roupa velha; o vinho que êle apresenta é exclusivamente vinho novo, e o pano que êle oferece é exclusivamente pano novo⁽⁶⁸⁾. Temos aqui a justificação da tipologia: não existe senão uma só economia e, por outro lado, existem duas; não existe senão uma, porque o Velho e Novo Testamento têm um único autor, Deus, o qual, através de um e outro Testamento, mira ao mesmo plano providencial, o da salvação dos homens em Cristo. Este plano, todavia, prevê uma fase de preparação e outra, de realização: donde, sob êste outro aspecto, a distinção das duas economias, do tipo e do antítipo. Por ser Deus o autor dessa unidade e dualidade, dessa mútua convergência das duas economias, os limites do sentido serão aquêles mesmos que Deus assinalou na história de Israel. Quer na Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, quer na Encíclica *Humani Generis*, salta aos olhos a insistência com a qual os exegetas são convidados a considerar como sentido genuíno da Escritura somente aquêle que com certeza o é, segundo a intenção divina, manifestada pelo ensinamento da Igreja⁽⁶⁹⁾. O mesmo apêlo para a tradição unânime dos Padres e para a Liturgia requer prudência e discrição, porque muitas vêzes o que se lhes deve pedir, como às duas "fontes", é uma atmosfera e um espírito antes que precisas interpretações.

O sentido típico prenderá mais freqüentemente a nos a atenção sôbre todo um conjunto do que sôbre as particularidades do texto. Como escreveu Dom Charlier, êle é "parabólico" (aproximação por semelhança geral), mais do que "alegórico" (correspondência exata de tôdas as mínimas particularidades, que deveriam ter, cada uma, seu significado particular)⁽⁷⁰⁾. Êle levará a considerar, normalmente e de preferência, os grandes temas bíblicos e, secundariamente, as particularidades, as quais se coligirão, de resto, às linhas do conjunto, sob cuja luz deverão ser avaliadas.

O sentido "plênior" (ou "plenário", *litteralis plenior*) em comum com o sentido literal tem isto: é o sentido das mesmas palavras da Sagrada Escritura. Melhor ainda: é o próprio sentido literal, mas aumentado, enriquecido e completo, graças a uma realização na nova economia, cuja previsão só poderia ser vaga na economia antiga. Importante é que esta previsão existia, fruto da esperança que elevava os escritores sagrados, trabalho da graça ajurado nela orientação do pensamento semítico, aberto para propectivas novas que êle prevê, mas não sabe tornar explícito. Enquanto o sentido típico aproxima realidades distintas, o sentido plênior é um simples desenvolvimento, não só harmonioso como outrossim homogêneo,

do significado que era sugerido pelo contexto histórico do Antigo Testamento. O que, pelo contrário, o aproxima do sentido típico é ser, como êste, uma superação, e superação perceptível só graças à economia neotestamentária. O sentido plênior se manifesta só no progresso ulterior na revelação: diversos textos do Antigo Testamento receberão uma nova claridade com a revelação do Novo Testamento e o estudo, também êste em progresso, do dogma. Assim a revelação do mistério da Trindade no Novo Testamento deu um sentido novo a diversos passos do Velho Testamento que tratam da Sabedoria. Provavelmente se deve reconhecer do mesmo modo um sentido "pleno" em *Gên* 3,15; *Mal.* 1,11 ("). O termo "pleno" é escritural; de fato, *πλήρως* é freqüente nos Evangelhos. Todavia, é exato dizer que a afirmação do sentido plênior é uma conquista da nossa época: ela corresponde à evolução religiosa atual, e à evidência da possibilidade da evolução do dogma.

Os sentidos *conseqüentes* (por dedução lógica), e, sobretudo as "acomodações" ou "adaptações" fundadas na analogia, mais ou menos evidente, com uma situação ou com um ensinamento novo, não são mais sentidos escriturais senão em sentido largo e também impróprio: "...Não se deve esquecer jamais que tal uso das palavras escriturais é-lhes quase externo e ajuntado" ("). Êstes sentidos foram "queridos indiretamente por Deus a propósito do texto sagrado" ("). O nexos destas acomodações como sentido histórico (literal ou típico) dar-nos-á sempre a medida de sua validade e da sua segurança.

Estas considerações hermenêuticas terão, sem dúvida, tido o mérito de mostrar em quais condições a leitura da Sagrada Escritura será inteligente e fiel. Agora é muito mais fácil falar das qualidades morais desta leitura.

3. *Qualidades morais da leitura da Sagrada Escritura.* A décima quarta conferência de Cassiano é consagrada à ciência espiritual; para Cassiano, tão bem como para os primeiros monges, ela nada mais é do que a ciência das Escrituras. Esta ciência, contudo, é bem diversa das ciências humanas, porque não se trata de estar em condições de discutir com eloqüência a respeito dos problemas difíceis da Sagrada Escritura. Trata-se, como Cassiano o põe nos lábios do abade Nesteros, "de penetrar até ao coração e à medula das palavras celestes, e de contemplar com o olho puríssimo da alma os mistérios profundos e ocultos. Isto não pode dar a ciência humana, nem a cultura do século..." ("). Por isso é que Santo Agostinho gostava de dizer que, para compreender a Sagrada Escritura,

é necessário antes de tudo crer nela: a inteligência virá depois da fé (73).

O clima da leitura da Sagrada Escritura é, por consequência um clima espiritual de humildade e prece; adora-se e ouve-se a Deus que fala na Sagrada Escritura, como a gente adora e entra em contacto com êle durante uma visita ao Santíssimo Sacramento. *Par cultus et amor utriusque*, dizia Olier, o qual definia a sua Bíblia como "outro cibório de Deus" (74). Assim como a Bíblia preparou e Encarnação no tempo do Verbo, da mesma maneira ela prepara a santificação do cristão mediante a carne eucarística de Cristo; ela é a doutrina da fé que dispõe o cristão ao encontro do amor na Eucaristia (75). Aliás, a praxe consagrada pela Igreja destina a Sagrada Escritura a ser lida em espírito de prece, visto como o culto público encontra as suas fórmulas em textos tomados de empréstimo da Sagrada Escritura e, por outra parte, o uso dos Salmos nas orações privadas é conforme à sua origem: como já observamos allures, os Salmos em sua máxima parte nasceram da necessidade incoercível de efusões íntimas de uma piedade, à qual os sacrifícios litúrgicos não podem bastar. Homens que têm experiência da oração afirmam concordemente que não podem nutrir a piedade privada com fórmulas que sejam mais simples e espontâneas, mais adaptadas a todos os estados de alma do que a orações do Saltério.

Enquanto leitura de piedade, o debruçar sobre as Escrituras deverá ser alimentado, sobremaneira, com o que por sua natureza é mais apto para alimentar a devoção. Recordemos a tal respeito "que nem tudo do Antigo Testamento tem valor permanente, e que diversas secções dos antigos Livros já alcançaram no passado o escopo principal para o qual foram compostos... A primeira tarefa do exegeta cristão do Antigo Testamento é a de descobrir os valores permanentes" (76). Não é muito indicado enviar os fiéis, nem mesmo os religiosos e sacerdotes, a relerem com freqüência as genealogias do Pentateuco, a descrição particularizada da construção do tabernáculo no Êxodo, as leis dos sacrifícios e as leis de purificação no Levítico, os elencos dos nomes nos Livros dos Reis, de Esdras e de Neemias, e é necessário conduzi-los a freqüentarem mais voluntariamente os Evangelhos do que o bilhete a Filémon. Alguns Livros como o Eclesiastes e o Cântico dos Cânticos, no Antigo, a Segunda Epístola aos Coríntios e o Apocalipse no Novo Testamento, não se podem ler sem preparação nem comentário. Os fiéis colhem freqüentemente muito fruto da leitura dos Livros de Rute, Tobias, Judite, Salmos, Provérbios, Sabedoria, Eclesiástico, e de algum passo escolhido dos profetas (assinaladamente das perícopes que descrevem o Servo Sofredor de Javé no Dêutero-Isaiás). No Novo

Testamento, os Evangelhos e os Atos dos Apóstolos, as Epístolas aos Efésios, Filipenses, Colossenses, a Epístola de Tiago, as duas Epístolas de Pedro e a Primeira de João prestam-se particularmente para a meditação e a prece, e nêles o sentido óbvio do texto é ordinariamente fácil de se aprender: depois, seria desejável que um estudo atento das Epístolas Paulinas permitisse a todos os cristãos lerem, no mesmo diapasão, as grandes Epístolas aos Romanos, aos Coríntios e os Hebreus.

A maioria dos cristãos lêem mais voluntariamente o Novo Testamento do que o Antigo. Esta preferência é normal, sob a condição, porém, de não ser exclusiva: "O Sagrado Concílio Ecumênico e geral de Trento... acolhe e venera com igual sentimento de piedade e com honra igual... todos os livros, quer os do Velho quer os do Novo Testamento" (23). Seria sobretudo, absolutamente contrário à seriedade do cristão deixar-se dominar por uma atitude de mofa e desprezo relativamente a certas perícopes, fastidiosas à primeira vista, ou menos edificantes, do Antigo Testamento. Lembremos de novo as palavras de São Bento: "Qual palavra ou expressão da divina autoridade no Velho e no Novo Testamento não é norma corretíssima de vida humana?... " (24). Cada página da Bíblia, lida com fé e amor, pode colocar-nos em comunicação com Deus e criar em nós o estado de oração, outro sim quando nós não compreendemos ou compreendemos pouco o que lemos. Nem tudo, no entretanto, é igualmente útil na Bíblia.

Enquanto leitura espiritual, feita de meditação e prece, e leitura da Bíblia conseguirá o seu escopo e será plenamente vantajosa só no caso de ser, correspondentemente, *Pessoal e viva*: "O Mestre interior endereça a cada um de nós uma mensagem pessoal e única: êle, porém, no-la transmite por ocasião da mensagem universal, exterior a nós, que na Bíblia é proposta à leitura de todos: a cada um toca o torná-la pessoal e interiorizá-la" (25). Trata-se de uma plenitude da mensagem escritural, que não pode ser atingida sem a sua individualização precisa e que nós todos temos a missão de elaborar, sob a guia do Espírito. É o que o Padre Guillet definiu como o segundo sentido espiritual da Escritura, uma "assimilação pessoal, própria de cada cristão, da palavra de Deus", assimilação, aliás, que não se deve "confundir com uma interpretação pessoal dos textos. Escutar a voz do Espírito não ignifica substituir a interpretação objetiva da Sagrada Escritura, tal como a dá uma sã exegese iluminada pelo ensinamento da Igreja, pelas variações de uma leitura pessoal" (26).

Segundo Cassiano, o qual depende de uma tradição que parece

ascender até Orígenes, esta assimilação pessoal pode realizar-se segundo três direções (⁸²).

a) *Tropológica*, respeitante às aplicações morais. "Tropológica... Contemplando o que Deus operou, chegamos a conhecer o que nós devemos fazer" (⁸³). Nós haurimos da Escritura a norma da nossa vida, ela nos revela o que Deus exige de nós. Santo Agostinho e, depois d'ele, São Gregório Magno e toda a Idade Média, afirmaram que a Bíblia era um espelho no qual nós deveremos poder reconhecer-nos: se não encontrarmos nela a nossa imagem, devemos pelo menos advertir aí tudo quanto é necessário corrigir, transformar em nós, a fim de que a Bíblia nos ofereça um dia o perfeito reflexo de nós mesmos. O colóquio de Natã com Davi, depois do adultério do rei e do homicídio de Urias (⁸⁴), vem a tal respeito bem a talho. Davi escuta Natã com interesse e benevolência, aplaude todas as palavras do profeta, indigna-se com ele e mais do que ele, contudo nem sonha aplicar a si próprio a parábola. Fôra-lhe apresentado o espelho, e a imagem de Davi nêle se refletia nitidamente. Davi, todavia, não a enxerga até o momento em que, severa e brutalmente Natã lha revida: *Tu es ille vir*. Tu és aquêlê homem.

b) *Alegórica* e c) *Anagógica* ou escatológica (aproximação aos mistérios do século futuro). Estas diversas aplicações, caso permaneçam sóbrias e fundadas no sentido histórico, do qual hão de ser meras transposições, são legítimas e louváveis.

"...Declaramos que nas coisas da fé e dos costumes, respeitantes à prática da vida cristã, deve-se ter como verdadeiro sentido da Sagrada Escritura aquêlê que aceitou e aceita a Santa Madre Igreja, à qual pertence o julgar acêrca do sentido genuíno e a verdadeira interpretação das Escrituras" (⁸⁵). A leitura cristã da Bíblia deve permanecer debaixo da tutela da Igreja, e ao contacto com a sua tradição é que devemos procurar a orientação para a nossa interpretação. É necessário que ante essa mensagem sublime, a qual supera a capacidade da inteligência humana, ainda que iluminada pela fé, o homem confesse humildemente os seus limites, e aceite a direcção do intermediário previsto e querido por Deus, a Igreja. É notável, na economia da Nova Aliança, que os Evangelhos tenham nascido depois da Igreja, quando já se havia difundido pela Judéia, Samaria, Ásia Menor, Grécia e Roma. Cristo, antes de fazer nascer os escritos nos quais seria narrada a sua vida e consignada a sua doutrina, quis que se tomasse o hábito de ir até êle através da Igreja, e de considerar os seus apóstolos como intérpretes indispensáveis do seu ensinamento. Abraão, o pai dos crentes,

tronco do povo hebreu, é anterior a Moisés, o primeiro dos autores sagrados. Pode-se daí escrever: "Para Israel o essencial foi a tradição viva da religião revelada na comunidade religiosa do povo de Deus, coisa secundária é que essa tradição haja sido confiada aos escritos sagrados; ...os livros inspirados, tais quais os possuímos hoje em nossa Bíblia, dependem intimissimamente da tradição religiosa mais antiga, que está na sua origem. Também do ponto de vista da crítica literária atual encontramos que, antes do livro, houve a tradição e que a tradição é a mãe da Bíblia" (85).

Deus, destinando a sua revelação à humanidade inteira, devia a si mesmo assegurar-lhe a fiel transmissão. E a missão que Cristo confia a seus apóstolos de pregar a boa-nova ao mundo inteiro, a promessa que lhe faz da sua assistência até o fim dos tempos (86), são claros indícios dessa preocupação: "Mediante ela, constituía a Igreja a única depositária do seu Evangelho. Assim como sob a Antiga Aliança o povo de Deus, comunidade sacral, era depositário da revelação primitiva, da mesma maneira de ora em diante a Igreja se vê encarregada dessa missão relativamente à revelação total" (87). Este é o sentido óbvio de *Jo* 17, 20: "Eu te rogo não somente por eles, mas outrossim por todos aqueles que não de crer em mim mediante a sua palavra"; nós conhecemos a boa-nova através da mensagem da Igreja e seus representantes. E, ademais, através da sua interpretação, visto haver Cristo assegurado aos apóstolos que o Espírito os conduzirá gradativamente à possessão de toda a verdade (88). Verdadeira coisa é, sim, que a revelação está encerrada, porque Cristo revelou aos seus apóstolos tudo quanto lhe foi revelado pelo Pai (89). Mas ela não pôde ser, desde o primeiro momento, perfeitamente assimilada nem compreendida; a Igreja, através de etapas sucessivas e progressivas, sob a ação do Espírito, compreenderá sempre melhor esta mensagem e proporá seu aprofundamento aos fiéis. Querer reduzir a revelação à Escritura tão-somente, sem o comentário da Igreja, significa depauperar o depósito da fé. Graças aos problemas que lhe propõem seus fiéis, às vicissitudes que ela atravessa, às pesquisas de seus teólogos e doutores, graça a tudo o que forma a trama da sua história, a Igreja descobre sempre novas riquezas na Escritura e as propõe com sempre maior clareza, profundidade e segurança.

O carisma da inspiração escritural não foi, pois, concedido para a consolação de um indivíduo, mas bem para a edificação do povo, e só enquanto membro desse povo e por seu intermédio é que cada indivíduo recebe a mensagem e a sua interpretação. As revelações que Moisés, Jeremias e os outros escritores sagrados receberam, foram-lhes confiadas por todo o povo de Deus, como uma

mensagem que interessava à inteira comunidade. É sempre à comunidade, por conseqüência, que em última análise esta mensagem foi transmitida, ainda quando o destinatário imediato era um indivíduo determinado como Teófilo, Filémon ou Gaio. À comunidade, portanto, destinatária e depositária da mensagem escritural, compete dar a interpretação autêntica: "Só a Igreja... está à altura da Bíblia, só ela tem o coração bastante largo para "compreender esta Palavra, que supera as capacidades naturais e sobrenaturais de cada um de seus filhos" (*).

O freqüentar os padres e os doutores da Igreja, tão bem como os exegetas modernos mais estimados na Igreja Católica, assegurar-nos-á este benefício de uma leitura "com a Igreja", no seu espírito, segundo a sua interpretação. O cuidado em viver a Liturgia obterá o mesmo fruto, por isso que a Liturgia faz a síntese e liga entre si as interpretações dos Padres; ela aplica com felicidade as mais belas páginas da Bíblia aos grandes mistérios da vida de Cristo, e aos acontecimentos principais da história da Igreja; ademais, o valor teológico da interpretação litúrgica dos principais textos é exata.

Como iniciamos este capítulo acêrca do método para ler a Escritura com um texto de Cassiano, de igual maneira concluímos com uma citação ainda de Cassiano: "...Esforçai-vos de todos os modos por aplicar-vos assiduamente, antes, com constância, à leitura sagrada, para que esta meditação contínua acabe por impregnar vosso ânimo e plasmá-lo, assim se diga, à sua imagem. Ela em certo sentido fará dêle a arca da aliança, contendo em si as duas tábuas de pedra, vem a ser, a eterna estabilidade de um e outro Testamento" (**). O fruto desta familiaridade assídua, inteligente e amorosa, com a Bíblia, será a conformação de nossa mente, de tôdas as nossas faculdades, à imagem da Bíblia. Impregnados das suas sentenças e relatos, delas hauriremos nossas idéias e imagens, e as reminiscências bíblicas se multiplicarão espontaneamente em nossas conversas e ensinamentos, de tanto essa nossa memória estar dela saturada. O tônus de nossa vida e preocupações tornar-se-á tônus bíblico. Sabe-se até que ponto os padres e autores espirituais monásticos realizaram este ideal: outrossim lá onde não aduzem diretamente as cogitações da Bíblia, exprimem-se êles espontaneamente com expressões bíblicas, tanto o seu espírito dela hauriu e se modelou a seu contexto.

Imitando o seu exemplo, ficando, não obstante sempre fiéis à disciplina dos sentidos escriturais, nós procuraremos, nesta assimilação integral da Escritura, a recompensa e o coroamento do nosso longo e austero esforço de penetração amorosa do texto sagrado: Deus, mediante a sua Escritura, habitará em nós.

DOIS MODELOS PRÁTICOS

O autor apresenta dois modelos indicadores, segundo o método diverso de utilização da exegese e do grande desenvolvimento para a vida espiritual, tomados um do Velho Testamento (Jó 1, 1-5) e do Novo Testamento outro (Lc 23, 43).

I. MOTIVOS DE SANTIDADE (Jó 1, 1-5).

1. *Havia no país de Hus certo homem chamado Jó, íntegro, reto, temente a Deus e alheio do mal.* A terra de Hus deve provavelmente estar situada nos confins da Iduméia e da Arábia, em terra pagã conseqüentemente, e Jó logo se nos parece como um justo, de quem o ambiente incrédulo não contaminou a fé, alma forte e pura em meio a gente de costumes corrompidos, *um lírio entre os espinhos* ⁽¹⁾. Ele pratica, antes que seja escrito, o conselho de São Paulo de ser *irrepreensíveis e íntegros, filhos de Deus sem mancha no meio desta geração perversa e corrupta. Nela deveis resplandecer como luzeiros no mundo* ⁽²⁾. Esta constância na virtude, apesar das incessantes instigações dos maus exemplos que tem debaixo da sua vista, é, desde o início do livro, um sinal certo da santidade de Jó: “Ser bom entre os bons não é motivo de grande elogio. Não ser bom entre os bons é fonte de culpa mais grave. Igualmente, ser bom entre os maus é razão de louvor sem restrição” ⁽³⁾. Isto é que Jó atribui a si próprio ao dizer: “*Faço-me companheiro e me associo às avestruzes*” ⁽⁴⁾. O Homem virtuoso não se deixa influenciar ou transportar por um ambiente medíocre ou perverso, mas domina-o, transforma-o e o arrasta continuamente. Para cada cristão pôsto particularmente em evidência quer pela sua situação social, quer pela sua formação intelectual e pelos seus hábitos de piedade, esta lei de superação é de modo especial rigorosa. Espera-se muito deles e o mundo, máxime em nossos dias, é exigentíssimo a seu respeito: a menor desilusão a respeito que

cause choca, ofusca, paralisa ou, pelo menos, atenua o fervor generoso dos ímpetos. *O nome de Deus é por vossa causa blasfemado entre os Gentios*, dizia São Paulo na sua epístola aos Romanos (4). A menor falta do cristão se reflete sobre Deus e diminui as homenagens que se lhe tributam, reflete-se sobre a Igreja e prejudica a sua expansão. Muitos ateus são seduzidos pela beleza do Evangelho e especialmente pela mensagem das bem-aventuranças: porém, a maneira pela qual os cristãos vivem essa mensagem retém-nos, muita vez definitivamente, no caminho de retôrno a Deus. Nós somos aos olhos do mundo um sinal do cristianismo. Este será julgado nobre e atraente ou, pelo contrário, medíocre, mesquinho, tão bem como desagradável, consoante aquilo que formos nós próprios. Faz-se mister, é bem de ver, sejamos, graça a uma perfeição sem sombra, um Evangelho vivo e o mostre todo o nosso comportamento numa limpidez resplandecente: faz-se mister que, segundo o convite de São Paulo, estejamos atentos para não darmos nunca *ocasião alguma de escândalo, a fim de não ser vituperado o nosso ministério; bem ao contrário, em tudo nos tornemos dignos de louvor, como convém a ministros de Deus, com grande paciência nas tribulações, nas necessidades, nas angústias, nos jejuns, com pureza, longanimidade, bondade, com os dons do Espírito Santo, com caridade sincera, com palavras de verdade, com a virtude de Deus...* (6) Em tudo isso, Jó é nosso modelo e modelo tanto mais admirável quanto, para realizar êsse ideal, êle devia estar em constante reação contra o seu ambiente.

Jó é chamado de *íntegro, reto, temente a Deus e alheio do mal*. Observemos, antes de mais nada, quão breve é essa descrição da virtude de Jó. Os grandes servos de Deus tiveram sempre uma visão bem simples da perfeição, e o início dos *Verba Seniorum* é a respeito muito surpreendente: "...Pobreza, provação, discricção: eis as três obras da vida perfeita... Caso essas três virtudes se encontrem num homem, significa que Deus nêle habita", diz o abade pastor (7), "...Eis as três coisas que Deus exige de todo o homem que recebeu o batismo: uma fé íntegra e com tôda a sua alma, assim como com tôdas as suas fôrças, a guarda da própria língua e a castidade do próprio corpo", diz São Gregório (8). "O que ouves não o faças a outrem", diziam os antigos. "Isto é suficiente para a salvação de quem pode observar esta palavra" (9). Ao ponto de morrer, o abade João, interrogado a respeito do meio de chegar à perfeição, respondia: "Jamais fiz a minha vontade nem ensinei a alguém qualquer coisa que primeiro não haja praticado eu mesmo" (10). Os santos viram o seu ideal através de algumas virtudes características, das quais Deus lhes revelou a oportunidade e se deram claramente conta de que, realizando uma só delas, efetivamente realizavam tôdas as outras, em virtude da conexão das virtudes

entre si. Sabiam, além disso, que cada pessoa tem a sua mensagem particular que dar e que o obedecer a esta missão especial basta para alcançar os favores de Deus: "...Abraão foi hospitaleiro, e Deus estava com êle. Elias amava o sossêgo, e Deus estava com êle. Davi era humilde, e Deus estava com êle. Quando percebes que tua alma se sente atraída para qualquer coisa conforme a vontade de Deus, executa-a; e guarda teu coração", dizia o abade Nisteron ⁽¹¹⁾. Deus é o ser infinitamente simples; é igualmente, segundo essa maneira, tão simples que deverão ser definidas nossas relações para com êle. Os Evangelhos, São Paulo e na sua esteira os escritos dos padres são exigentíssimos em matéria de renúncia, de humildade e caridade, de prece. Êle: convidam à pureza de coração, e à oração perene, entendida no sentido mais estrito; entretanto, não se encontra em lugar algum dos seus escritos a questão da noite dos sentidos, nem a da noite do espírito, da morada do castelo interior ou da oração de simples olhar de simplicidade. Tais classificações, por mais úteis que sejam, embora se hajam tornado quase tradicionais, manterão sempre na teologia mística um caráter acidental e secundário, e não poderão ter valor algum senão com referimento a um substrato e a uma substância da perfeição cristã muito mais simples, simples como o próprio Deus.

Todavia, a fórmula pela qual a santidade de Jó é de crita sobrepassa em limpidez e em poder as fórmulas dos *Verba Seniorum*. Jó é *íntegro, reto, temente a Deus e alheio do mal*. Um dos membros comentaristas do livro de Jó, Szczygiel, pensa que o primeiro e o terceiro, o segundo e o quarto termos se correspondem reciprocamente. *Íntegro e temente a Deus* caracterizariam a disposição de Jó para com Deus, *reto e alheio do mal*, a sua disposição no atinente aos homens. Jó é *íntegro*, intemerato, ou seja, a sua religião está livre de todo motivo repreensível e, sobremaneira, como o mostrará o seu procedimento na provação, livre de qualquer mira interesseira; Jó serve a Deus por Deus, não para si; a sua fidelidade a Deus é independente do que êle recebe ou não recebe dêle. Além do que, êle é *reto*, honesto, a saber, a sua disposição interior face a Deus lhe inspira uma retidão perfeita nas relações para com o semelhante; é reto de uma perfeita probidade em tudo quanto pensa do próximo, abtendo-se de julgá-lo levemente e querendo-o realmente bem; de uma perfeita honestidade em tudo quanto diz do próximo, abtendo-se de toda maledicência, calúnia e falso rumor; de uma perfeita justiça até em todos os seus modos de agir, dando a cada quel o que lhe pertence.

Este quadro da virtude de Jó parece ser uma profecia do ideal evangélico. O autor não crê que a religião de Jó mereceria

um elogio sem senão, se a sua perfeita atitude para com Deus não tivesse como resultado uma perfeita atitude para com os homens: sem a realização fiel dos seus deveres para com o próximo poder-se-ia duvidar da boa qualidade das suas disposições para com Deus. Eis por que à afirmação de que Jó é *íntegro e reto* o autor acrescenta que é *reto e alheio do mal*: *Caríssimos, amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E quem ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Aquêlle que não ama não conhece a Deus, porque Deus é caridade* (12). *Se alguém disser: "Amo a Deus, mas odeia seu irmão, é mentiroso. Com efeito, quem não ama o seu irmão a quem vê, como pode amar a Deus que não vê? Temos de Deus êste mandamento: o que amar a Deus, ame também a seu irmão* (13).

Querendo dar uma definição da virtude de Jó, o autor pensa que lhe basta falar do seu amor para com Deus e do seu amor para com o próximo. Nisto igualmente êle se avizinha do ensino no Novo Testamento. *Sabendo os fariseus que Jesus reduzira a silêncio os saduceus, reuniram-se, e um dêles, doutor da lei, fêz-lhe esta pergunta para prová-lo: "Mestre, qual é o maior mandamento da lei?" Respondeu Jesus: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de tôda a tua alma e de todo o teu espírito. Êste é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo semelhante a êste, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo". Nesses dois mandamentos se resumem tôda a lei e os profetas* (14). São Paulo dirá similmente: *Quem ama ao próximo cumpriu tôda a lei. Em verdade os preceitos: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás" e ainda qualquer outro mandamento que exista se resumem nesta palavra: "Amarás ao próximo como a ti mesmo". O amor não prejudica ao próximo. O amor é o pleno conhecimento da lei* (15).

2-3. *Nasceram-lhe sete filhos e três filhas. Possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, quinhentas jumentas e uma grande quantidade de escravos. Êste homem era o mais considerado entre todos os homens do Oriente.* O autor acumula as particularidades destinadas a apresentar Jó como um homem perfeitamente feliz e perfeitamente próspero; para êste escopo faz valer, mais de uma vez, o caráter do "número perfeito" reconhecido para as cifras 3, 7 e 10. Jó possui dez filhos (a prole numerosa era considerada no Oriente como uma bênção) e um número perfeito de filhos (7) e de filhas (3): em número maior os filhos homens, sendo êles considerados um bem muito mais precioso. As cifras dadas para os animais (7.000 mais 3.000; 500 mais

500) ainda têm como fito o de ajuntar mais aos números perfeitos: dez milheiros de um lado, de, centenas de outro. Cifras fictícias que tendem a representar Jó como modelo do grande xeque, riquíssimo e completamente feliz.

Este homem, pois, tão rico e que mereceu ser *o homem mais considerado entre os homens do Oriente* era, porém, *íntegro, reto temente a Deus e alheio do mal*. Por conseqüência, se a pobreza facilita a observância dos mandamento de Deus, e se é verdade, como dizia Nosso Senhor, que é difícil para os ricos entrarem no reino dos céus, não é, todavia, impossível: *Aos homens isto é impossível, mas a Deus tudo é possível* (16).

Santo Ambrósio diz justamente na sua homilia que se lê no breviário beneditino da Dedicção de uma Igreja: "Se as riquezas são um obstáculo à virtude dos ímpios, do mesmo modo ajudam à virtude dos bons. Zaqueu era rico e Cristo o escolheu; deu a metade dos seus bens aos pobres; restituiu até o quádruplo daquilo que fraudulentamente desviou; e dessa maneira recebeu uma recompensa mais abundante do que aquilo que havia dado" (17).

São Pedro Crisólogo, numa homilia a respeito de Lázaro e o rico Epulão, explica por que no céu está o rico Abraão que recebe o pobre Lázaro: (18) "Abraão, meus irmãos, foi rico não para si próprio, mas para o pobre, não trabalhou para ter riquezas, mas para distribuí-las; envidou todos os seus esforços não para acumular sempre mais nos seus celeiros, mas no meio do pobre; é o que demonstra toda a sua vida" (19).

Tal era, outrossim, o procedimento de Jó. Efetivamente, êle diz a si mesmo: "...Socorria o aflito que suplicava, o órfão e o abandonado; descia sobre mim a bênção de quem estava em perigo; no coração da viúva eu infundia a glória... Era os olhos do cego e os pés daquele que manca. Era um pai para os pobres, examinava a fundo a causa dos desconhecidos. Quebrava o queixo ao injusto, arrancando-lhe a preña de entre os dentes" (20).

4. *Seus filhos tinham o costume de ir uns à casa dos outros para se banquetear e convidavam suas três irmãs para comerem e beberem com êles*. Portanto, é dito que os filhos e filhas de Jó tinham o costume de se reunirem de quando em quando, sem dúvida por ocasião de determinadas festas (seu aniversário, por exemplo): essas reuniões são cada vez a ocasião de alegres banquetes; o aceno aos mesmos prepara o relato da catástrofe narrada nos vv. 18-19: justamente por ocasião de uma dessas reuniões morreram todos os filhos e filhas de Jó. Não foi dito que Jó tenha participado dessas reuniões, certamente em parte por motivo de

participado dessas reuniões, certamente me parte por motivo de índole literária; para o desenvolvimento da narração é preciso que Jó não pereça na catástrofe, a qual lhe arrancará com um só golpe todos os filhos, mas que chegue a sabê-la à distância.

“...Não resta dúvida, porém, que a essa razão de ordem simplesmente literária ajunta-se um motivo espiritual: o autor tem a preocupação de circundar a figura de Jó de uma auréola de reserva, gravidade, qual fôra a de compreensiva condescendência; êle concede mais aos outros do que a si próprio. Autoriza essas reuniões de seus filhos e porventura lhes foi o iniciador, abstendo-se, porém, de tomar parte nelas. Adapta-se à exuberância de seus meninos, à necessidade de se encontrarem, de conversarem e de se divertirem conjuntamente; mas prefere para si mais calma, solidão e vida mais simples e frugal. Sob êste aspecto êle se mostra tal como se demonstraram todos os santos. Pacômio, acamado não aceitava para si exceção alguma, indignava-se porque lhe levavam um cobertura um pouco melhor que a de seus irmãos, obtinha com insistência que lhe trouxessem outra, rasgada e mais feia que a de seus irmãos (2). Mas a um irmão doente que pedia carne e a quem lhe recusava, porque não era habitual, Pacômio mostrava querer que fôsse concedida; tanto que, indo de encontro ao de ejo daquele irmão enfêrmo, os outros foram comprar um cabritinho, prepararam-no e o apresentaram ao doente que o provou (3). Já anteriormente êle havia censurado o melhor discípulo, Teodoro, por isso que não queria mais falar a um seu irmão, entrado havia pouco na vida monástica, e que, desencorajado por algum tempo curto, não cessava de chorar. Pacômio havia convidado a demonstrar mais condescendência para com os jovens. “como para com uma plantinha recém-plantada a gente toma cuidado especial e a rega até que suas raízes se fortaleçam” (4). Indúbiamente é dentro do mesmo espírito que São Bento pede ao dispenseiro que não seja grande comedor e seja, pelo contrário, “como um pai para tôda a comunidade” (5). Pensa-se aqui no conselho do *Eclesiástico* 4, 34, *de não seres arrogante com a lingua e (ao mesmo tempo) covarde e negligente em tuas ações*, ou, por outras palavras, não ser exigente em relação aos demais, quando nós mesmos fazemos o menos possível.

Muitos anos faz eu ouvi ler no refeitório do meu mosteiro, com imensa satisfação de meus confrades, que um superior de religiosos deveu permanecer um século no Purgatório, simplesmente porque fôra duríssimo para com seus inferiores. Muita vez é justo que o superior seja duro para consigo próprio, mas sob a condição de permanecer compreensivo para com os outros e para

com suas precisões reais (não fictícias) de sono, alimentação e descanso, sempre encorajando doce e prudentemente as iniciativas privadas para maior penitência.

5. Quando findava a série dos dias de banquete, Jó mandava chamar seus filhos para purificá-los e, na manhã do dia seguinte, oferecia um holocausto por intenção de cada um deles: "porque, dizia ele, talvez meus filhos tenham pecado e amaldiçoado a Deus em seus corações". Assim fazia Jó constantemente. Findo o ciclo dos dias de convite, vem a ser, provavelmente cada ano depois de um ciclo anual de banquetes, Jó purificava seus filhos, oferecia um holocausto pelas culpas que porventura tivessem cometido... embora não tenha consciência de nada, nem por isso estou justificado (27). Nada senão que seja louvável nestas reuniões de família, todavia algum defeito pode imiscuir-se: a glotoneria, a ostentação, a maledicência e a indiscrição: "Existem desgraçadamente vícios que se não podem separar dos banquetes. Porque quase sempre acompanha tais repastos o prazer proibido...; quase sempre o diz-que-diz-que os segue; sacia-se o apetite, mas a língua fica destrame-lada..." (28). Daí ser normal que Jó fizesse pelos filhos a oração que o salmista dirigia a Deus em seu favor: *Dos pecados não advertidos absolveu-me tu* (29). Esta delicadeza de consciência de Jó, esta preocupação que ele sente, relativamente a culpas só hipotéticas de seus filhos, é admirável... Como estava em uso na ira patriarcal, em que o autor parece enquadrar a história de Jó, o pai de família é o sacerdote do sacrifício. E é com certeza o modo melhor pelo qual um pai e um cabeça cumpram seus deveres para com seus filhos e inferiores: com a prece, o sacrifício, o exemplo, o testemunho. Onde existem tais bens, as observações, úteis muito embora, são menos necessárias.

A hora que Jó escolhe para oferecer o seu holocausto é também digna de nota. Levanta-se ele bem de manhãzinha, querendo consagrar a Deus a madrugada do seu dia, seguro de que Deus abençoa particularmente a oração noturna e matutina: "Não é de balde que vos levantaiis antes do raiar do dia, visto como o Senhor prometeu a coroa àquele que vigiam" (30). Santa Margarida Maria costumava dizer que havia recebido seus maiores favores, quer depois da Comunhão, durante momentos tão preciosos, e jamais demasiadamente longos, de ação de graças, quer durante as horas da adoração noturna.

II. HOJE ESTARÁS COMIGO NO PARAÍSO (*Lucas* 23,43).

Esta segunda palavra de Nosso Senhor na cruz sanciona e coroa um episódio preciso, o da conversão do bom ladrão. Antes de lhe darmos o exato valor espiritual, recordemos brevemente as circunstâncias.

Fôra predito relativamente a Jesus, que seria colocado na lista dos celerados (¹). Aquêles que viveu inseparavelmente unido ao Pai e ao Espírito Santo, que, no dia da transfiguração, aparecera aos Apóstolos, tendo a seus lados as máximas personagens do Antigo Testamento, Moisés e Elias, representando a lei e os profetas, ei-lo que agora aparece pregado na cruz entre salteadores, um à direita e outro à esquerda; é pôsto ao nível dos criminosos, confundido com êles num só grupo, toma parte no suplicio de insignes malfeitores, a fim de que possa aparecer cúmplice dos seus crimes. "Estas três cruces juntas, dispostas desta maneira, são o Calvário. Eis os companheiros que êle escolheu para si de entre tôda a humanidade, para a sua etapa derradeira" (²).

Então, os crucificadores, não contentes com haver pregado Jesus na cruz, quiseram cevar seu ódio ao espetáculo dos seus suplicios e, esquecida tôda delicadeza, perdendo tôda reserva para com a vítima afinal votada à morte, e prêsa de horríveis sofrimentos, sem atenções para com sua mãe, a qual, ao pé da cruz se associava dolorosamente aos tormentos de seu Filho, puseram-se a insultá-lo. *Salvou aos outros, salve-se a si mesmo, se é o Cristo, o eleito de Deus* (³). *Êle é o rei de Israel! Desça agora da cruz e creeremos nêle. Confiou em Deus, que Deus o liberte agora, se é que o ama. Êle disse na verdade: "Eu sou o filho de Deus"* (⁴).

Um dos dois criminosos, crucificados ao lado do Divino Mestre, misturava insultos aos do povo e de seus cabeças: *Não és o Cristo? Salva-te a ti mesmo e a nós. O outro, porém, continua São Lucas, dizia-lhe em tom severo: "Como pode ser que não temas a Deus, tu que sofres a sua mesma pena? Para nós isto é justo: recebemos*

o que mereceram os nossos crimes, mas este não fez mal algum". E acrescentou: "Jesus, lembra-te de mim, quando estiveres no esplendor do teu reino". Respondeu-lhe Jesus: "Em verdade te digo, hoje estarás comigo no Paraíso" (°).

A primeira palavra de Jesus na cruz (°) havia solicitado o perdão de Deus para os homens. Esta segunda palavra não é senão misericórdia e caridade. Como o episódio ao qual deve ser avizinhada, sugere numerosos ensinamentos. De cada um deles haveremos de colhêr proveito. Antes de São Paulo, o bom ladrão nos dirige esta advertência encorajadora: *...se me foi feita misericórdia é para que em mim, por primeiro, Jesus Cristo faça ver toda a sua longanimidade: para exemplo de quem crer nêle, em vista da vida eterna* (°).

O ensinamento mais profundo que colhemos desse episódio é de ordem teológica e escatológica. Os profetas haviam descrito o tempo do Messias sob a perspectiva paradisíaca: o Messias esperado devia abrir o Paraíso fechado, introduzir nêle os homens, conseguir-lhes delícias semelhantes às que nossos progenitores haviam gozado, antes, mais abundantes ainda. A segunda palavra de Nosso Senhor na cruz garante a realização das profecias numa fórmula de testemunho solene: *Amen dico tibi*, com a qual se empenha Cristo, através da testificação do bom ladrão, para todos os séculos cristãos. E *Hodie* é o hoje da morte de Cristo, o qual, de pedaçando o jugo de Satã reconduz os homens ao Paraíso, do qual nossos genitores haviam sido expulsos. O conteúdo da história da morte de Jesus é favorável a esta interpretação, porque no v. 45, no relato de Lucas, a dilaceração do véu do templo é o símbolo claro da ruptura da antiga aliança, e da abertura do Paraíso perdido aos pecadores contritos. Lucas, discípulo de Paulo, formado na cristologia paulina, na qual Cristo é representado como um novo Adão (°), devia ter tentado a reaproximar Adão a Cristo, Paraíso terrestre e felicidade cristã. Ele, na verdade, reavizinhou Adão e Cristo na sua genealogia: ao passo que Mateus nomeava Abraão (1,1-2) como o mais longínquo antepassado de Cristo, Lucas sobe até Adão (3,38). Aqui descreve a salvação cristã com a reevocação da miragem do Paraíso terrestre. O termo Paraíso não se encontra em nenhuma outra parte do Novo Testamento agora estas duas: 2 Cor 12,14 e Apoc 2,7. Dom Stolz pôde estabelecer no seu livro: *Teologia da mística* que a tradição viu, em 2 Cor 12,14, uma alusão ao Paraíso terrestre, porque interpretou o êxtase de São Paulo como uma participação íntima à primeira vida paradisíaca, e à vida dos justos, que ainda esperam, depois da morte, a consumação final. No Apoc 2,7 a referência ao Paraíso terrestre

é óbvia: *Ao vencedor darei a comer da árvore da vida que está no Paraíso do meu Deus.* Faz-se necessário interpretar igualmente Lc 23,43. Pela segunda palavra de Nosso Senhor na cruz foi inaugurada uma nova era, os efeitos do pecado original são abolidos, o Paraíso que acolhe o bom ladrão está aberto para todos os homens: a promessa de Nosso Senhor ao bom ladrão promulga solenemente o princípio de uma nova economia, na qual todos os bens perdidos são encontrados, e onde, por meio da incorporação à Igreja, antecipação do Paraíso, os homens obtêm uma felicidade da qual a primitiva felicidade paradisíaca não era mais do que a sombra e figura.

Em torno a este sentido teológico fundamental se desenvolve toda uma série de ricos ensinamentos morais. Provemos examiná-los um a um.

1. Deus não abandona aquêle que se lhe abandona.

Aquêle que, não por vileza, desencorajamento ou incapacidade, e sim por espírito de fé, humildade e verdadeira prudência, confia a Deus o cuidado de defendê-lo do ódio e da calúnia, verá muita vez apresentar-se, cedo ou tarde, um amigo corajoso que fará o elogio da sua inocência. A todas as calúnias que lhe eram endereçada, aos ultrajes ignominiosos que lhe eram infligidos, Nosso Senhor não respondia senão com a paciência e o silêncio. Deixava a seu Pai o encargo de suscitar-lhe um defensor, caso o julgasse oportuno, e preferia substituir a uma vã apologia o pedido do perdão divino para com os algozes. Tanto heroísmo não foi inútil: comovido pela grandeza de alma do seu companheiro de patíbulo, sacudido decisivamente pela magnanimidade da sua primeira palavra na cruz, aquêle ladrão, no qual, não obstante todos os seus crimes, restava um fundo de retidão, afronta de repente a turba desencadeada e seus cabeças que blasfemam, e dá a Nosso Senhor, rejeitado por todos, a consolação da sua humilde e corajosa estima.

2. Deus tem ricas recompensas para quem não se envergonha de professar altamente a sua fé. *Quem me confessar diante dos homens, eu o confessarei diante do Pai que está nos céus* (¹⁰).

Temos aqui uma pequena realização da promessa de Nosso Senhor. Se Pedro, o chefe dos Apóstolos, depois de ter sido alvo dos altíssimos favores do Mestre, e ter tido, em tantas circunstâncias, da parte do espetáculo de seus milagres e da parte da audição de seus ensinamentos, provas manifestadas da sua divindade, todavia o renegou à voz de uma empregada; se os amigos que Nosso

Senhor tinha aos pés da cruz guardavam um tímido silêncio, ao invés disso este celerado o confessou, opondo-se sozinho ao sarcasmo odioso de um povo enfurecido, saudando com a sua estima respeitosa aquêle que pendia miseravelmente da cruz, confessando a realeza, crendo no futuro reino daquele, do qual todos se riam e que parecia tristemente vencido. Tomé quis pôr seu dedo dentro das chagas de Jesus ressuscitado, o bom ladrão creu no triunfo de Jesus crucificado, proclamou a sua fé. Esta audaz franqueza recebeu imediatamente a segurança de uma real recompensa.

Com pleno direito Santo Agostinho escreveu: "Os Apóstolos foram vencidos pelo ladrão: este creu, quando aquêles descoroçoaram". (11). Igualmente São Gregório: "Olhai em que estado a culpa o conduziu ao patíbulo; e em que estado a graça dali o retira. Proclamava Senhor aquêle que via morrer por fragilidade humana, justamente quando os Apóstolos o renegavam, depois de o haverem visto a operar milagres em virtude do poder divino" (12). Igualmente ainda Bossuet: "Eu triunfo de alegria, ó irmãos, o meu coração está arrebatado ao ver a fé dêste santo ladrão; é um moribundo que vê Jesus moribundo e lhe pede a vida; um crucificado que vê Jesus crucificado e lhe fala do seu reino; seus olhos não percebem a não ser cruces e sua fé não lhe representa senão um trono. Que fé e que esperança!" (13).

3. "Não se deve desesperar da conversão de nenhum pecador enquanto a paciência de Deus o impelir para a penitência e se absteriver de lhe arrancar a vida; *Deus não quer a morte do pecador, mas que se converta e viva (Ez 18-23)*" (14).

A maior parte das mortes são, forçoso é reconhecê-lo, conclusões; a morte no pecado é a conclusão e o castigo merecido, no qual desemboca normalmente uma vida passada no pecado; o caso do mau ladrão no-lo prova de modo bem terrível. A graça da perseverança final é, pelo contrário, a conclusão e recompensa ordinária de uma vida de fidelidade, vivida sem descoroçoamentos de acôrdo com as exigências de Deus. Entretanto, mortes se dão, por um milagre da misericórdia divina, que são surpresa na esfera do bem; a morte do bom ladrão é disso consolador exemplo. Se, de conseguinte, é preciso exortar os pecadores e não adiares a sua penitência, jamais se deve desesperar da salvação daqueles que, dia após dia, apesar de nos as preces e lágrimas, repetem a sua recusa em abedecer às insistências divinas. Temos o direito e o dever de esperar, ao menos para o momento da sua morte a graça da conversão que lhes tivermos ardentemente suplicado. Dão-se, por certo, no instante final da vida, os derradeiros e terríveis assaltos

que o demônio lança, e as vitórias que não raras vêzes alcança, quando se trata de almas que serviram a seus interesses de ódio e de trevas. Mas existem igualmente as improvisas reviravoltas para a banda do bem, que por sua graça onipotente e misericordiosa Deus, ouvindo as súplicas das almas fervorosas, pode operar até na alma dos maiores pecadores. "O demônio e seus anjos aparecem na Sagrada Escritura destinados ao fogo eterno. Só dêles não há como esperar arrependimento" (13).

4. Sören Kierkegaard escreveu mui justamente a propósito dêste episódio: "Como na sua vida terrestre, assim na história o caminho que segue Cristo passa entre dois malfetores: um se faz emperdenido, se converte o outro" (14).

A história dêstes dois ladrões é profética: é o anúncio e o tipo de uma história que se tem renovado e se renovará eternamente nas eras cristãs. Uma idêntica graça de conversão está à disposição dêstes dois ladrões: um sòmente a agarrou. Há vinte séculos que Cristo não cessa de oferecer cada dia a graça da penitência a numerosas almas; algumas a aceitam, outras a rejeitam; estas usam da sua liberdade para se aproximarem de Deus, aquelas para dêle se afastarem. Poucos correspondem aos reclamos divinos e fazem contínuas ascensões, e multidão mais numerosa repele as solicitações de Deus para o fervor e opta pela mediocridade. Apresenta-se Deus a todos os homens e lhes fala; exi te quem o ouve e o recebe; quem, bem ao contrário, se afasta e lhe fecha os ouvidos. É o mistério da universal bondade divina e da desigual correspondência humana.

5. "O que importa não é a natureza dos tormentos e sim as disposições de quem sofre" (15).

O bom e o mau ladrão foram ambos provados, mas só o bom ladrão tira proveito do sofrimento. A cruz não traz recompensa alguma a quem se lhe rebela: fecunda só é a cruz aceita e abraçada. Nenhum merece ser admirado pelos seus sofrimentos, mas sim pela maneira pela qual os padece, pela maneira pela qual os acolhe e suporta; quem se exaspera no sofrimento, quem amaldiçoa a provação de Deus e a Deus que lhe manda faz-se réprobo, quem adora os planos da divina providência e se imola com paciência torna-se um santo. "O castigo cancela a culpa, quando muda a vida; mas não expia os atos de quem não muda de costumes. Todo sofrimento, pois, que parte de Deus é para nós ou purificação da vida presente, ou início do castigo futuro" (16). Existem desde agora muitos sofrimentos estêreis para quem lhes

está sujeito: inúteis para a salvação das almas; existem sofrimentos que preparam um aumento de castigo de quem êles ferem por motivo das blasfêmias de que são ocasião. Depende do homem deixar perder êste filão precioso ou utilizá-lo.

6. "Na morte conservou firmemente a caridade, êle que não hesita reprovar um irmão cúmplice, condenado à morte por crime semelhante, e lhe anuncia a vida que lhe foi revelada" (19).

O autor da salmo 50, depois de haver pedido a Deus cancelar suas iniquidades e tornar puro seu coração (vv. 3-14), prometia-lhe ações de graças e uma vida reparadora (vv. 15-19): no primeiro plano das suas promessas de expiação colocava o empenho no apostolado (*Ensinarei aos transgressores os teus caminhos, e os pecadores tornarão para ti* (v. 15).

Por um instinto do espírito de Deus, o bom ladrão segue fielmente êste programa do qual, todavia, segundo tôda verossimilhança, jamais tomou conhecimento nem teve recordação; faz-se apóstolo junto ao seu companheiro e a sua primeira manifestação de arrependimento é a de tentar a conversão do malfeitor cravado com êle na cruz (*Lc 23, 40-41*). Para perdoar-nos os pecados Deus quer ver, acima de tudo, a piedade nossa para com as outras almas pecadoras e um zêlo generoso empregado em procurar a recondução delas para o caminho do bem. Igualmente, como não perdoa os pecados senão daqueles que perdoam aos seus irmãos, assim espera daqueles que converte entregarem-se êles a converter seus irmãos, e êle considera êste apostolado como a manifestação primordial da gratidão. Esta foi, outrossim, a disposição da Samaritana: apenas convertida, faz-se apóstola junto a seus concidadãos (20).

7. *...Êste último desceu justificado para a sua casa, não o outro. Pois quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado* (21).

A humilde confissão das nossas culpas condiciona a receptividade de nossas preces. O publicano da parábola não ousava levantar os olhos para o céu; batia no peito muitas vêzes pedindo a Deus que tivesse misericórdia dêle, embora fôsse indigno, e voltou para casa completamente perdoado. O bom ladrão, antes de apresentar sua súplica a Nosso Senhor, confessa que o seu suplício é justamente merecido por causa das suas culpas: *Para nós isto é justo: recebemos o que mereceram os nossos crimes*, e também êle obtém um perdão completo. Os termos da sua prece são, aliás, humildísimos: por certo que não pede assentar-se à direita ou es-

querda do Senhor no céu, como está à sua direita ou à sua esquerda no patíbulo; convicto da sua indignidade, pede uma simples recordação.

8. *Vós pedis e não recebereis, porque pedis mal, pensando somente em satisfazer a vossos prazeres* (23).

Muitas preces ficam sem despacho porque seu objeto é demasiadamente material: só almejam os bens terrestres e carnis. Ora bem, Deus que nos autoriza e encoraja a pedir o pão necessário para a nossa existência cotidiana, quer-nos ver interessados, acima de tudo, nos bens espirituais: "A prece seja pura: ao invés de pedir o que deseja a caridade, vamos suplicar o que a cupidez almeja" (23). A prece do bom ladrão é, a tal respeito, notabilíssima: ele nada espera deste mundo, que está pronto para deixar com Cristo, e por isso mesmo não pede que o Senhor dêle se recorde no presente, fazendo que desça da cruz e poupando-lhe a morte corporal. Não. Pede, muito pelo contrário, que o Senhor dêle se lembre quando chegar ao seu reino celeste onde possuirá e distribuirá bens espirituais. Logo, as ambições do bom ladrão tanto são notabilíssimas quanto modestas, e a sua prece é um modelo da prece cristã; era também normal que se aproveitasse irrestritamente da promessa de Nosso Senhor: *Pedi e dar-se-vos-á* (24).

9. "Ó Deus poderoso e eterno, cuja abundante bondade sobrepassa, nas suas efusões, os merecimentos e desejos dos que te suplicam" (25).

A Santíssima Virgem, acenando delicadamente ao Senhor nas bodas de Caná, que seus hospedeiros não mais tinham vinho, obteve do Filho sobrepassasse largamente o próprio desejo. O bom ladrão que pedia uma simples recordação, ouve que o Senhor lhe promete bem mais: *Em verdade te digo: Hoje estarás comigo no Paraíso*. Estas testificações da misericórdia divina são a resposta peremptória da desconsiderada censura, muita vez dirigida a Deus, de não ouvir as súplicas dos homens. É verdade que Deus, por vêzes, não nos outorga a coisa precisa que lhe pedimos: deve-se isso, porém, a que ou levamos para a prece disposições inadaptadas, ou pedimos coisas que não convém absolutamente à nossa salvação. Deus, pronto sempre para nos distribuir as suas graças, e de preferência as mais ricas, encontra muitas almas desejosas de as alcançar, bem poucas, todavia, que tenham as disposições em harmonia com os bens que quer comunicar-lhes: "Com qual solicitude e agrado Deus ouve a prece dos que praticam o bem! Ora, esta é a justiça do homem nesta vida: o jejum, a esmola, a oração" (26). Deus conhece

melhor do que nós o que é conforme ao nosso bem: o não dar-nos o que desejamos será muita vez uma das mais belas formas da sua misericórdia. Deus sabe melhor do que nós o momento em que é oportuno que sejamos ouvidos: tarda a responder aos nossos apelos, para purificar e elevar o nosso desejo" (27).

Pedindo pão, peixe, ôvo, nós pedimos pedras, serpentes e escorpiões. Pedimos quiçá um prolongamento da vida? Esta seria, talvez, uma ocasião de diminuir os nossos merecimentos, em lugar de aumentar o ardor da caridade. Pedimos que desapareçam as provações que nos afligem, os defeitos dos quais nos lamentamos, e que os nossos esforços não consigam corrigir? Arriscar-se-ia, talvez, se Deus nos concedesse o que desejamos, perder o dom prece e assim perseveremos" (28).

Foi para o seu bem que Paulo não foi ouvido, e foi para sua condenação que o demônio o tenha sido. Pediu que pudesse tentar Jó e obteve-o (*Jó* 1,11). Demônios pediram que pudessem apoderar-se dos porcos e foram ouvidos. Os demônios foram; não o foi o apóstolo: mas os demônios foram ouvidos para a sua condenação; o apóstolo não o foi, para a sua salvação" (29). Deus quer exercitar-nos à perseverança e ensinar-nos, com a sua lentidão que a lei essencial e indispensável da prece é a de não nos cansarmos nem nos desencorajarmos nunca: "...Entreguemo-nos à prece com cuidado. De fato, Deus não quer recusar o dom, mas diferindo, exercitar a nossa constância. Ele, pois, difere a outorga do que pedimos, e permite a tentação freqüente, a fim de que recorramos a ele e assim perseveremos" (30).

10. O bom ladrão devia obter o perdão de toda uma vida de delinqüências: um simples ato de puro amor lhe foi suficiente.

Deus olha mais para a qualidade das nossas obras que à sua quantidade: pede mais um amor bem puro, ainda quando traduzido em um número bastante limitado de atos, e ainda quando não se exprime, como foi o caso do bom ladrão, que em um ato único, o recompensa com uma magnificência soberana. O Senhor não prestava nenhuma atenção às numerosas obras e práticas dos Fariseus, por causa da sua hipocrisia, da presunção, da dureza de coração que manifestavam. O óbolo da viúva foi, bem ao contrário, precioso aos olhos do Mestre, por motivo do sacrifício generoso que ele comportava, da retidão de intenção que dirigia a mulher, embora fôsse mínima a quantidade material da oferta. Os homens devem, pois, envidar esforços por mais amar do que agitar-se, a fazer o bem do que a fazer muita coisa, a purificar a intenção que inspira as obras mais que a multiplicá-las. *Se teu olho é sã, todo o teu corpo*

estará na luz, mas se teu olho é doente, todo o teu corpo estará nas trevas (21).

As exigências de Deus quanto a isso são absolutas e o esforço que pede de nossa parte é muito mais radical do que poderíamos imaginar à primeira vista, porque, como escreveu Dom Chapman: "Nós temos muito mais facilmente uma intenção reta, mas temos ainda muitas outras inferiores, que se lhe mesclam até que Deus delas nos purifique" (22).

11. O bom ladrão não só alcançou o perdão de seus pecados: éle, ademais, foi santificado: "Sobre aquela força infame não mais está um celerado que espia, e sim um mártir em função de hóstia que se acende. O assassino, o impudico, o ladrão, o condenado a trabalhos forçados, o bandido profissional se tornou um santo" (23). Total foi, portanto, a mudança de situações: do caminho do crime passa o bom ladrão para o martírio ardente. Deus não fez do milagre deste gênero um caso único. Apresenta-nos São Lucas uma pecadora que ama tanto mais o Senhor quanto mais ofendera antes (24). Os Atos e as Epístolas nos esboçam o retrato de São Paulo, blasfemo antes, perseguidor, acusador (25), preocupado em perseguir além da medida a Igreja de Deus (26), depois súbitamente apóstolo infatigável, que se entrega sem reservas para dar a conhecer e amar Jesus crucificado, e salvar, como éle o disse modestamente, alguma alma pelo menos (27). A paixão que se desenfreia em crimes pode, destarte, ser seguida de um ardor igualmente apaixonado pelo bem, e a graça de Deus é tão poderosa que consegue operar as transformações mais radicais.

12. "...Os publicanos e as prostitutas vos precederão no Reino de Deus" (28).

A conversão e morte do bom ladrão constituem a primeira realização desta ameaça profética. O primeiro santo do Novo Testamento foi um ex-bandido, e existe toda uma possibilidade de crer que este celerado, quase súbitamente absolvido, enriquecido de uma graça opulenta, tenha tido no céu um lugar bem di tinto. Não é certamente um prêmio concedido ao crime, mas um encorajamento ao fervor sincero do arrependimento, e, ao mesmo tempo, para as almas justas, um convite para muita humildade; a pureza do arrependimento dos pecadores não deveria sobrepassar a generosidade em servir a Deus; daquelas almas que tiveram a graça contínua de lhe permanecerem fiéis; deveriam estas, pelo contrário, demonstrar um ímpeto mais fervente. Existem afortunadamente e em grande número justos, os quais entendem que a preservação do pecado é um apêlo para se darem totalmente a Deus; daí se segue

serem ardentes no desapêgo, mortificação, lágrimas e preces, como se foram culposos dos maiores crimes. Outros há, porém, que, conscientes de não haver jamais ofendido gravemente a Deus, julgam-se por êsse motivo dispensados de todo esforço custoso. Mas... "o chefe na batalha prefere o soldado que, após um momento de fraqueza e fuga, retoma o seu pôsto e derrota corajosamente o inimigo, ao que, não haja muito embora nunca voltado as costas ao inimigo, entretanto jamais deu provas de verdadeira bravura" (40). Normalmente Deus preferirá o pecador que serve ativamente aos interesses da sua glória, ao justo satisfeito e tibio, sem inquietações espirituais, desprovido de todo zêlo pelas almas.

13. "Por preço algum poderá então obter o seu perdão aquêle que agora malbarata o tempo apto para a penitência" (41).

Jerusalém, depois de haver matado os profetas e apedrejado os que lhe foram enviados, deu morte a Cristo, o supremo enviado do Pai: o desastre de 70 veio castigar, sem piedade, o povo judaico, rebelde a tôdas as solicitações de Deus. O rico mau, morto na impenitência, não pôde no além, apesar de seus pesares, aproximar-se de Lázaro, e foi condenado a viver eternamente nos suplícios (42). O mau ladrão, nos derradeiros momentos da sua existência recusou converter-se: *Insensato, nesta mesma noite a tua alma te será exigida* (43): um arrependimento amargo, mas estéril, tornou-se o castigo eterno da sua resistência à graça da conversão que, antes da morte lhe fôra generosamente oferecida por Cristo. "Haverá por certo ali, no inferno, um arrependimento, estéril porém: haverá um arrependimento doloroso, impotente para curar" (44). Deus infinitamente misericordioso para com o pecador que se arrepende, seja muito embora nos extremos da vida, castiga, com uma justiça rigorosa e sem remissão, quem abusa de todo o tempo que lhe é concedido, até o último, que é o da sua longanimidade. Quem se subtrair estúpida e obstinadamente aos reclamos da bondade divina, suportará inevitavelmente os espantosos tormentos da sua justiça: súplicas e prantos serão o salário merecido da sua ridícula obstinação. Receber de Deus as graças que lhe pedimos deveria encher-nos de reconhecimento. Que pensar então de quem, prevenido pela graça, rejeita a misericórdia que o Senhor lhe apresenta?

Se, pois, o exemplo do bom ladrão nos exorta a uma imensa esperança, o do seu companheiro nos convida a operar a nossa salvação com *temor e amor* (45) e a não deixar perder nenhuma das graças colocadas à nossa disposição, *tomando um cuidado vigilante para afirmarmos a nossa vocação e nossa escolha* (46).

NOTAS

- PENSAMENTOS DE INTRODUÇÃO
- 1) TH. CAMELOT, *Lecture et oraison* in "Vie Spir.", junho de 1948, 643-644.
 - 2) *Ibid.*, 651.
 - 3) PSEUDO-EFRÊM, *Serm. in Transfig.*, in "S. P. Nostri EPPHRAEM Syri Opera omnia (graeco-latina)", T. 2, Roma, 1743, 41.
 - 4) Cf. J. DANIELOU, *La Bible dans la vie*, in "Foyers. L'anneau d'or", cad. I; os lugares principais reportados em "La Maison-Dieu", cad. 3, 1945, 148-149.
 - 5) Encicl. *Spiritus Paraclytus*, cfr. "Ench. Bibl.", 477.
 - 6) Encicl. *Divino Afflante Spiritu*, cfr. "Ench. Bibl.", 566.
 - 7) Cfr. Y. CONGAR, *Que pouvons-nous trouver dans les Ecritures?* in "Vie Spir.", out., 1949, 227-228.
 - 8) Cfr. "La Maison-Dieu", cad. 47-48, 1956, 145.
 - 9) *Verba Seniorum*, 40, P. L. 73, 764 BC.
 - 10) Cfr. *art cit.*, nota 8, 138.
 - 11) *Jo* 16, 13.
 - 12) Cfr. *Rencontres L'Ancien Testament et les chrétiens*. Paris 1951, 7.
 - 13) G. BRULLET, *Bible et lecture spirituelle* in "Vie Spir.", dezembro de 1945, 489 e 493.
 - 14) *La lecture sapientielle de la Bible* in "La Maison-Dieu", cad. 12, 1947, 51.
 - 15) *Ibid.*, 52.
 - 16) Cfr. *Rom* 8, 28.
 - 17) *Jo* 12, 24-25.
 - 18) *Judite* 15,9.
 - 19) *Quaest. 73 in Exod.*, P. L. 34, 623.
 - 20) *Storia di Cristo*, 2a ed., Florença, 1921, 108-109.
 - 21) *1 Cor* 15, 24-28.
 - 22) Cap. 73.
 - 23) "La Maison-Dieu", cad. 7, 1946, 27.
 - 24) Cfr. I. HERWEGEN, *L'Ecriture Sainte dans la liturgie* in "La Maison-Dieu", cad. 5, 1946, 7-20, *Rom* 15,4.
 - 25) H. D. LACORDAIRE. *Oeuvres*, 1872, T. 2, 188.
 - 26) J. GUITTON, cfr. G. POGUET et J. GUITTON, *Le Cantique des cantiques* in "Et. bibl.", 1943, 110 e 121.
 - 27) *Hebr* 1,1-2.
 - 28) *Tract. 24 in Jo*, 2, P. L. 35, 1953.
 - 29) H. LUBIENSKA DE LENVAL, *Les crises de dépression chez les personnages de la Bible* in "Vie Spir.", fevereiro de 1949, 150-151.
 - 30) *Hom. 68 in Matth.* 4-5, P. G. 58, 646.
 - 31) Cfr. *Ench. Bibl.* 484; CSEL 54, 428; P. L. 25, 1016C, 1488C.
 - 32) TH. CHIFFLOR, *Comment lire la Bible*, in "Vie Spir.", outubro de 1949, 234.
 - 33) *Hom. 34*, edição de Veneza, 1827, 268 e 270.
 - 34) *Eclô* 3, 21.
 - 35) Cfr. M. PONTET, *L'exégèse de S. Augustin prédicateur*, Paris, 1946, 123-135.
 - 36) *Adv. Haer.* 4, 20, 7; P. G. 7, 1037B.
 - 37) *In Joh.*, *tract.* 19, 5, "Corp. Christ.", Ser. lat. 36, 190, 37.
 - 38) *Jo* 16, 12.
 - 39) *Ep.* 137, 18; P. L. 33, 524.

- 41) *Strom.* 6, 126, 1; ed. STHALIN, 495, 18.
- 42) *Adv. Haer.* 2, 28, 3; P. G. 7, 806A.
- 43) *Mt* 10,26; *Lc* 8,17.
- 44) *In Joh. tract.* 14, 5; "Corp. Christ.", Ser. lat. 36, 144, 34.
- 45) *Op. cit.*, 10.
- 46) *Op. cit.*, 252-253.
- 47) *Ibid.*, 585.
- 48) Cfr. J. LECLERCQ, *L'exégèse médiévale e l'A. T. in Rencontres*, cit. à nota 12, 168-182.
- 49) Cfr. *Ench. Bibl.* 554.
- 50) *Ibid.*, 555.
- 51) *Ibid.*, 547.
- 52) *Ibid.*, 553.
- 53) S. TOMÁS DE AQUINO, *Quodlibet.* 7,15.
- 54) J. GUILLET, *Deux aspects du sens spirituel de l'Écriture* in "Analecta Greg.", 68, 1954, 209.
- 55) *Jos* 2,18.
- 56) Cfr. 1 *Clem. ad Cor.*, 12, 7-8, ed. FUNK 1901, p. 114-115; S. JUSTINO, *Dial. c. Triph. Ind.* 111; P. G. 6, 733A.
- 57) Cfr. ORIGENES, *In lib. Iesu Nave hom.* 3, 5; P. G. 12, 841B-842A; S. CIPRIANO, *De un. Eccl.* 8; CSEL 3, 1 (ed. HARTEL), 217; S. HILÁRIO, *Tract. myst.* 2, 9; CSEL 65 (ed. FEDER), 35.
- 58) *Mt* 17, 12; *Mc* 9, 12.
- 59) *Mt* 12, 40.
- 60) *Lc* 24, 27.
- 61) 2 *Cor* 3, 6.
- 62) 2 *Cor* 3, 12-16.
- 63) S. BOAVENTURA, *In Hexaemeron, collatio* 19, 7; ed. QUARACCHI, t. 5, 421.
- 64) *Mt* 15, 26; *Mc* 7, 26.
- 65) *Mt* 10, 6.
- 66) *Mt* 8, 11-12.
- 67) *Mt* 13, 17.
- 68) Cfr. *Mt* 9, 16-17; *Mc* 2, 21-22; *Lc* 5, 36-38.
- 69) Cfr. *Ench. Bibl.* 550-553; 566; 611-613.
- 70) *Art. cit.*, 37.
- 71) *Le problème du sens plénier*, in "Eph. Theol. Lov." 34, 1958, 5-20.
- 72) *Encicl. Divino Afflante Spiritu*; cfr. *Ench. Bibl.* 553.
- 73) Pe. BENOIT, *Notes explicatives*, in "Somme Théologique. La Prophétie", ed. da Revue des Jeunes, Desclée 1947, 359.
- 74) *Cap.* 9; P. L. 49, 969AB.
- 75) Cfr. PONTET, *op. cit.*, 114.
- 76) Cfr. D. GORCE, *Le Drame du salut et la Parole de vie, Soliloques sur le Psaume 118*, Paris, 1935, 12.
- 77) Cfr. D. CHARLIER, *art. cit.*, 50-51.
- 78) J. COPPENS, *Les Harmonies des deux Testaments*, Tournai, 1949, 39.
- 79) Cfr. DENZINGER, *Ench. Symb. et Defin.*, 783.
- 80) *Regra*, cap. 73.
- 81) J. LECLERCQ, *La "Lecture Divine"*, in "La Maison-Dieu" cad. 5, pág. 27.
- 82) *Art. cit.*, pág. 303-304.
- 83) Cfr. HENRI DE LUBAC, *Sur un vieux distique. La doctrine du quadruple sens*. in "Mélanges F. Cavallera", Toulouse, 1948, 347-366.
- 84) HUGO DE S. VITOR, *Eruditi didascal.* 6,5; P. L. 176, 805BC.
- 85) 2 *Sam.* 12, 1-12.
- 86) *Conc. Vat. Sess.* 3, cap. 2; cfr. DENZINGER, 1788.
- 87) N. PETERS — J. DECARRAUX, *Notre Bible, source de vie. Introduction à la lecture de la Bible*. Bruges, 1950, 22-23.
- 88) Cfr. *Mt* 28, 20.
- 89) G. DEJAIFVE, *Bible Tradition, Magistère dans la Théologie Catholique*, in "Nouv. Théol." 78, 1956, 144.
- 90) Cfr. *Jo* 16, 13.
- 91) Cfr. *Jo* 15, 15.
- 92) G. CHIFFLOT, *art. cit.*, 258.
- 93) *Collatio* 14, cap. 10; P. L. 49, 970AB-971A.

MOTIVOS DE SANTIDADE

- 1) *Cânt* 2, 2.
- 2) *Filp* 2, 15.
- 3) GREG. M. *Mor.* 1, 1, 1; P. L. 75, 529A.
- 4) 30, 29.
- 5) 2, 24.
- 6) 2 *Cor* 6, 3-7.
- 7) 1, 3; P. L. 73, 856D.
- 8) *Ibid.*, 855AB.
- 9) *Ibid.*, 857BC.
- 10) *Ibid.*, 856B.
- 11) *Ibid.*, 856C.
- 12) 1 *Jo* 4, 7-8.

- 13) *Ibid.*, 20-21.
 14) *Mt* 22, 34-40.
 15) *Rom* 13, 8-10.
 16) *Mt* 19,26.
 17) *In Luc*, 8, 85; P. L. 15, 1791BC.
 18) *Cfr. Lc* 16, 22-23.
 19) *S.* 121; P. L. 52, 531AB.
 20) 29, 12-13, 15-17.
 21) L. TH. LEFORT, *Les Vies Coptes de S. Pachôme et de ses premiers successeurs*, Lovaina, 1943, 48.
 22) *Ibid.*, 114-115.
 23) *Ibid.*, 108.
 24) *Regra beneditina*, cap. 31.
 25) *1 Cor* 4, 4.
 26) GREG. M. *Mor.*, 1, 8, 11; P. L. 75, 532AB.
 27) *Sl* 19 (18), 13.

HOJE ESTARÁS COMIGO NO PARAÍSO

- 1) *Is* 53, 12.
 2) PAUL CLAUDEL, *Un poète regarde La croix*, Paris, 1935, 10.a ed., 103.
 3) *Lc* 23, 35
 4) *Mt* 27, 42-43.
 5) *Lc* 23, 39-43.
 6) *Lc* 23, 34.
 7) *1 Tim* 1, 16.
 8) *Cfr. Rom* 5, 12-21; *1 Cor* 15, 21-23; 45-49.
 9) 2.a ed. Morcelliana, 1947, 16-19.
 10) *Mt* 10, 32.
 11) *Enar.* 1 *in Ps.* 68, § 8; P. L. 36.
 12) *Mor.*, 18, 40, 64; P. L. 38, 76, 74D-75A.
 13) *Second Sermon pour l'Exaltation de la Sainte Croix*, ed. 1887, T. 3, 616.
 14) *Agost.*, *S.* 71, 13, 21; P. L. 38, 456.
- 15) *Agost.*, *Enar. in Ps.* 54, § 4; P. L. 36, 630.
 16) *Christ, trad. francesa de TISSEAU*, Bazoge-en-Pareds, 1937.
 17) *Agost.*, *De Civ. Dei*, 1, 8; P. L. 41, 21.
 18) GREG. M., *Mor.*, 18, 22, 35; P. L. 76, 56B.
 19) *Ibid.*, 40, 64; P. L. 76, 74C.
 20) *Jo* 4, 28-30, 39.
 21) *Lc* 18, 41.
 22) *Tg* 4, 3.
 23) *Agost.*, *S.* 207, § 3; P. L. 38, 1044.
 24) *Mt*, 7; *Lc* 11, 9.
 25) *Dom.* 11º depois de Pentec. (coleta).
 26) *Agost.*, *Enar. in Ps.* 42, § 8; P. L. 36, 482.
 27) "Quaedam enim non negantur, sed ut congruo dentur tempore differuntur".
Agost., *Tract.* 102 *in Ioh.*, § 1; P. L. 35, 1896.
 28) *Cfr. René THIBAUT, Le problème des prière inexaucées*, in "Nouv. Rev. Théol.", 71 (1949), 152-161.
 29) *Agost.*, *Enar. in Ps.* 21, § 5; P. L. 36, 173.
 30) *CRIS.*, *Hom.* 10 *in Matt.*, § 7; P. G. 57, 191.
 31) *Mt* 6, 22; *Lc* 11, 34.
 32) *Lettres Spirituelles*, da trad. francesa, Paris, 1947, 102-103.
 33) PAUL CLAUDEL, *op. cit.*, 114.
 34) 7, 36-50.
 35) *1 Tim* 1, 13.
 36) *Gál* 1, 13.
 37) *1 Cor* 9, 22.
 38) *Mt* 21, 31.
 39) GREG. M., *Hom. in Ev.*, 2, 34, § 4; P. L. 76, 1248C.
 40) *Ibid.*, 1, 12, § 4; P. L. 76, 1121B.
 41) *Cfr. Lc* 16, 22-26.
 42) *Ibid.*, 12, 20.
 43) *Agost.*, *S.* 22, 3; P. L. 38, 150.
 44) *Flp* 2, 12.
 45) *2 Pd* 1, 10.

I N D I C E

A Bíblia, escola de oração	pág. 5
Palavra do tradutor	" 7
Pensamentos de introdução	" 9
I. Por que ler a Sagrada Escritura	" 13
II. Como ler a Sagrada Escritura	" 23
Dois modelos práticos	
I. Motivos de santidade (Jó 1,1-5)	" 39
II. Hoje estarás comigo no Paraíso (Lc 23,43)	" 47
Notas	" 57

COLEÇÃO BÍBLICA

Ao redor do Livro Divino — a tradicional Bíblia Sagrada do Padre Matos Soares que se mantém dignamente em campo há longos anos, sempre abençoada e vivamente recomendada pela Santa Sé Romana ao povo do Brasil — as Edições Paulinas procuraram organizar uma assistência editorial para o clero e o povo fiel da Nação, suscitando a Coleção Bíblica, que ora consta de sete títulos, e que dia a dia irá enriquecendo-se com outros. A valiosa Coleção tende a prestar ajuda a todos na compreensão e defesa dos tesouros de inestimável preciosidade, qual é a Palavra de Deus, patrimônio dos filhos da Igreja Católica.

Empreenda essa bela Coleção sua longa viagem apostólica entre os fiéis do Brasil. Dignem-se abençoá-la os Mestres do povo católico, e acolham-na com frutos sazonados todos os que procuram e amam a Palavra de Deus.

Páginas difíceis da Bíblia — E. Galbiati e A. Piazza

Protestantismo e Bíblia — Fernando Carballo

Sinopse Evangélica — Pe. Frederico Dattler

A Bíblia, Escola de Oração — Louis Leloir

Guia do Antigo e Novo Testamento — Eugênio Zolli

A Bíblia e as últimas descobertas — Armando Rolla

O Mistério da Palavra de Deus — João Roatta

COMPOSTO E IMPRESSO NAS
OFICINAS GRÁFICAS DAS EDIÇÕES
PAULINAS - CIDADE PAULINA -
VIA RAPÓSO TAVARES, KM 18,555
EMCRITÓRIO CENTRAL: P R A Ç A
DA SÉ, 180 - CAIXA POSTAL
1107 - SÃO PAULO - A. D. 1962